



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ - UNIFAP
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO - PROPESPG
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO/MESTRADO PROFISSIONAL EM ESTUDOS
DE FRONTEIRA**

DANILO CAETANO MENDES

POVOS INDÍGENAS DO OIAPOQUE:
Transformações territoriais em perspectiva sócio-histórica

MACAPÁ

2025



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ - UNIFAP
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO - PROPESPG
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO/MESTRADO PROFISSIONAL EM ESTUDOS
DE FRONTEIRA**

DANILO CAETANO MENDES

POVOS INDÍGENAS DO OIAPOQUE:
Transformações territoriais em perspectiva sócio-histórica

Relatório técnico-científico apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Estudos de Fronteira (PPGEF) da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) como requisito final à obtenção do título de Mestre em Estudos de Fronteira.

Orientadora: Prof. Dra. Carmentilla das Chagas Martins.

MACAPÁ

2025

DANILO CAETANO MENDES

POVOS INDÍGENAS DO OIAPOQUE:
Transformações territoriais em perspectiva sócio-histórica

Relatório técnico-científico apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Estudos de Fronteira (PPGEF) da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) como requisito final à obtenção do título de Mestre em Estudos de Fronteira.

Orientadora: Prof. Dra. Carmentilla das Chagas Martins.

Aprovado em: 15 de janeiro de 2025.

BANCA EXAMINADORA



Documento assinado digitalmente
CARMENTILLA DAS CHAGAS MARTINS
Data: 27/01/2025 13:13:36-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Dra. Carmentilla das Chagas Martins (Orientadora)
Universidade Federal do Amapá - UNIFAP



Documento assinado digitalmente
DAGUINETE MARIA CHAVES BRITO
Data: 24/01/2025 17:46:14-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Dra. Daguiete Maria Chaves Brito (membro interno)
Universidade Federal do Amapá - UNIFAP

Prof.^o Dr. Andrius Estevam Noronha (membro externo)
Universidade Federal do Amapá (UNIFAP)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Central/UNIFAP-Macapá-AP
Elaborado por Cristina Fernandes – CRB-2 / 1569

M538p Mendes, Danilo Caetano.
Povos indígenas do Oiapoque: transformações territoriais em perspectiva sócio-histórica /
Danilo Caetano Mendes. - Macapá, 2025.
1 recurso eletrônico. 70 folhas.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Amapá, Coordenação do Programa de
Pós-graduação em Estudos de Fronteira, Macapá, 2025.

Orientador: Carmentilla das Chagas Martins.

Coorientador: .

Modo de acesso: World Wide Web.

Formato de arquivo: Portable Document Format (PDF).

1. Povos indígenas. 2. Oiapoque. 3. Sequência didática. I. Martins, Carmentilla das Chagas,
orientador. II. Universidade Federal do Amapá. III. Título.

CDD 23. ed. – 980.3098116

AGRADECIMENTOS

Às minhas mães, mulheres aguerridas, Nilda Caetano Mendes e Hildete Caetano Mendes, filhas de Ercília Caetano de Souza (*In memoriam*) e Caciano Mendes de Oliveira. Faço questão de destacar e deixar registrado como forma de profunda gratidão pela existência e pelas escolhas dos meus antepassados, que mesmo não possuindo títulos acadêmicos são protagonistas da minha história e me fizeram alcançar o que eles não puderam.

Meus irmãos Ronald Mendes, Luan Lucas, Victória Mercedes, obrigado pelo apoio e incentivo de sempre. Aos meus amigos, Bruno Tito, Mikaela Frasseto, João Gabriel, aos colegas da minha antiga turma de mestrado, em 2020, que tantas vezes me ouviram lamuriar pelas dificuldades apresentadas no decorrer do processo e mesmo assim continuaram me incentivando a não desistir.

Aos meus nobres amigos formados ainda na graduação, que persistem na vida pessoal e profissional, cunhados como PDF, eternos incentivadores de meu crescimento, ao seu modo, é claro, Anderson Rocha, Sérgio Júnior, Carlos André, Jardeson Guedes, Sidney Lopes e Juliana Aguiar: que a nossa amizade continue sendo sincera, fidedigna, eterna e que a solidez sustente.

À professora Carmentilla Martins, minha orientadora, minha querida mestra, minha mentora, minha inspiração profissional, minha amiga, se tornou minha mãe. Tantos títulos ainda não mensuram o carinho, o amor e a gratidão que eu tenho por essa mulher e que um parágrafo só não é suficiente para descrever o quanto sou feliz por conviver neste espaço/tempo com ela. Me mostrou que ensinar vai muito além da transmissão de conhecimentos, que envolve paixão, envolve empatia. Obrigado pela dedicação, pelas poesias de Cora Coralina, pelas palavras, pela orientação não só acadêmica, mas de vida. À minha banca, professora Daguinete que com suas contribuições e profissionalismo enriqueceram este trabalho; professor Andrius, meu professor e orientador que me inspirou a escrever sobre esta terra, o Amapá.

Por fim, àqueles que dão sentido a existência deste trabalho. Primeiro aos povos indígenas do Amapá, pela sua luta, pela demonstração de força e de determinação mostrando ao mundo que é possível existir, resistir e persistir mesmo diante das dificuldades. Aos meus alunos que fazem parte do meu dia a dia, que dão sentido a minha atuação profissional, a minha persistência em lutar por dias melhores, por uma educação melhor para que eles tenham um futuro melhor.

RESUMO

Considerando a presença das populações indígenas no Município do Oiapoque-AP e seu processo de lutas pelo não apagamento histórico, o presente relatório técnico tem como objetivo apresentar uma análise histórica das mudanças que assinalaram a configuração territorial dessas sociedades a partir do contato com outros povos e dispor como produto final uma proposta de Sequência Didática voltada para professores de História da educação básica. Utilizando o conceito de fronteira étnica busca-se demonstrar como se constituíram historicamente as relações envolvendo os povos indígenas localizados na região do município de Oiapoque e não índios. Para tanto, procede-se a utilização da bibliografia referente ao tema, dados do censo do IBGE e os periódicos O Mensageiro e o Porantim. Observa-se que as populações indígenas: Galibi Kalinã (Galibi do Oiapoque), Galibi Marworno, Karipuna e Palikur apresentam características, tradições, costumes e modos de viver próprios, mesmo localizados em território de referencialidade estatal, constituídas a partir de fronteiras políticas. O relatório aponta para resultados que demonstram um processo de mudanças históricas que colocaram os povos indígenas em condição de marginalidade sem reconhecimento de seus direitos culturais e territoriais. Por conta disso esses povos se uniram em organizações para resistir e lutar pela demarcação de suas terras. Além disso, apresenta como proposta uma Sequência Didática sobre a temática do relatório, para atender uma demanda educacional de políticas públicas.

Palavras-chave: Povos Indígenas. Oiapoque. Fronteira Étnica. Sequência Didática.

ABSTRACT

Considering the presence of indigenous populations in the municipality of Oiapoque-AP and their process of struggle for historical non-erasure, this technical report aims to present a historical analysis of the changes that marked the territorial configuration of these societies from contact with other peoples and to provide as a final product a proposal for a Didactic Sequence aimed at History teachers in basic education. Using the concept of ethnic borders, the aim is to demonstrate how relations involving indigenous peoples located in the region of the municipality of Oiapoque and non-indigenous peoples were historically constituted. To this end, the bibliography related to the subject, data from the IBGE census and the periodicals *O Mensageiro* and *Porantim* are used. It is observed that the indigenous populations: Galibi Kalinã, Galibi Marworno, Karipuna and Palikur present their own characteristics, traditions, customs and ways of life, even though located in state-referenced territory, constituted from political borders. The report points to results that demonstrate a process of historical changes that have placed indigenous peoples in a marginalized condition without recognition of their cultural and territorial rights. As a result, these peoples have joined together in organizations to resist and fight for the demarcation of their lands. In addition, it presents a proposed Didactic Sequence on the theme of the report, to meet an educational demand for public policies.

Keywords: Indigenous Peoples. Oiapoque. Ethnic Border. Didactic Sequence.

LISTA DE SIGLAS

ANPG - Associação Nacional de Pós-Graduandos

APIO - Associação dos Povos Indígenas do Oiapoque

BNCC – Base Nacional Comum Curricular

CIMI - Conselho Indigenista Missionário

CNM - Confederação Nacional de Municípios

CSN - Conselho de Segurança Nacional

FAB - Força Aérea Brasileira

FUNAI - Fundação Nacional do Índio

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IEPÉ - Instituto de Pesquisa e Formação em Educação Indígena

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INPE - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais

MP - Mestrado Profissional

NHII/USP - Núcleo de História Indígena e do Indigenismo da Universidade de São Paulo

PRODES - Projeto Monitoramento da Floresta Amazônica Brasileira por Satélite

RCI - Relatório Circunstanciado de Identificação

SD - Sequência Didática

TI - Terra Indígena

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Formação de terras indígenas segundo a Funai.....	33
Quadro 2: Sequência Didática.....	54
Quadro 3: Sequência Didática.....	55
Quadro 4: Sequência Didática.....	57

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa de localização do Oiapoque.....	20
Figura 2: Mapa da Bacia do Rio Oiapoque.....	21
Figura 3: Municípios da Faixa de Fronteira 2021.....	24
Figura 4: Dados Gerais sobre os povos Indígenas.....	29
Figura 5: Pessoas indígenas, por localização do domicílio e condição de indígena.....	30
Figura 6: Mapa de demarcação de terras indígenas.....	33

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
SEÇÃO I – PROCESSO HISTÓRICO.....	16
1.1 OIAPOQUE: O MUNICÍPIO, A FAIXA DE FRONTEIRA E A FRONTEIRA ÉTNICA..	19
1.1.1 O município do Oiapoque.....	19
1.1.2 Oiapoque: Faixa de Fronteira, Fronteira Étnica.....	23
SEÇÃO II – POVOS INDÍGENAS DO OIAPOQUE, DEMARCAÇÃO DE TERRAS E MOVIMENTO INDÍGENA.....	29
2.1 OS POVOS INDÍGENAS DO OIAPOQUE: HISTÓRICO E DEMARCAÇÃO DE TERRAS.....	30
2.2 GALIBI MARWORNO, PALIKUR, KARIPUNA E GALIBI KALINÃ.....	35
2.3 O PROTAGONISMO INDÍGENA NA LUTA PELA DEMARCAÇÃO DE SUAS TERRAS.....	37
2.4 O USO DOS PERIÓDICOS COMO FERRAMENTA DE COMUNICAÇÃO DAS LUTAS INDÍGENAS.....	40
2.4.1 O Mensageiro.....	44
2.4.2 O Porantim.....	45
SEÇÃO III – PRODUTO FINAL: UMA PROPOSTA DE SEQUÊNCIA DIDÁTICA.....	48
3.1 SEQUÊNCIA DIDÁTICA – IDENTIFICANDO OS POVOS INDÍGENAS NO OIAPOQUE.....	53
3.2 SEQUÊNCIA DIDÁTICA – POVOS INDÍGENAS DO AMAPÁ: PUBLICIZANDO SUAS LUTAS.....	55
3.3 SEQUÊNCIA DIDÁTICA – POVOS INDÍGENAS DO AMAPÁ: O MOVIMENTO INDÍGENA E A DEMARCAÇÃO DE TERRAS.....	57
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	59
REFERÊNCIAS.....	61

INTRODUÇÃO

Este relatório técnico foi lapidado no decorrer de meus estudos no Programa de Pós-graduação em Estudos de Fronteira, do qual fiz parte durante a realização do curso de mestrado profissional. Primeiramente, é importante entender que a elaboração de um relatório técnico possui grande importância para atender ao programa, a comunidade e para as instituições públicas e privadas.

De acordo com a Norma Brasileira 10719¹, a qual aponta os princípios gerais para elaboração de um Relatório Técnico, deve seguir uma estrutura pré-definida entre partes obrigatórias e opcionais. Além disso, “constitui a exposição escrita na qual se descrevem fatos verificados mediante pesquisas ou se história a execução de serviços ou de experiências. É geralmente acompanhado de documentos demonstrativos” (UFPR, 1996).

O Relatório Técnico Final é um produto exigido pelo Programa de Pós-graduação em Estudos de Fronteira - PPGEF. Isto porque os programas de pós-graduação profissionais se singularizam pela possibilidade de elaboração de produtos que atendam a demanda local, estadual e nacional. A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES² (2019, s/n), define: o “Mestrado Profissional (MP) é uma modalidade de Pós-Graduação *stricto sensu* voltada para a capacitação de profissionais, nas diversas áreas do conhecimento, mediante o estudo de técnicas, processos, ou temáticas que atendam a alguma demanda do mercado de trabalho”.

Ainda, é necessário destacar que segundo a Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG)³, a “abordagem vai além do aspecto acadêmico e inclui estudos, técnicas e conceitos que podem ser inseridas no mercado de trabalho”. Assim sendo, se diferencia do Mestrado Acadêmico, o qual se volta para a academia, para a produção de conhecimento universitário. Em contrapartida, o Mestrado profissional permite “ao profissional se dedicar tanto à docência quanto se capacitar profissionalmente para atuar em empresas públicas ou privadas”.

Com isso, o PPGEF se destaca por ser um mestrado nesta modalidade, com objetivos de atender a uma demanda social, profissional e histórica. Sendo um Estado fronteiriço, o Amapá possui complexidades próprias em que o programa visa atender, pesquisar e elaborar produtos que satisfaçam esta complexidade. Com isso, O PPGEF⁴ foi “autorizado em 2017,

¹ https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/378/o/NBR_10719_-_2011.pdf

² <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/avaliacao/sobre-a-avaliacao/avaliacao-que-e/sobre-a-avaliacao-conceitos-processos-e-normas/mestrado-profissional-o-que-e>

³ <https://www.anpg.org.br/2019/02/mestrado-profissional-como-funciona/>

⁴ <https://www2.unifap.br/ppgef/programa/apresentacao/>

sendo o único mestrado profissional composto por professores da Unifap e mantido pela instituição, todos os demais são em rede”.

O contato com os estudos sobre povos indígenas de Oiapoque aconteceu ainda durante a graduação, onde participei do grupo de pesquisa “História e Antropologia em Fronteiras: presenças indígenas entre Brasil e Guiana Francesa, séculos XX e XXI”, coordenado pelo Professor Giovani José da Silva. Neste grupo, fui pesquisador voluntário de iniciação científica, em que realizei pesquisa sobre as associações indígenas no Oiapoque, como a Associação dos Povos Indígenas do Oiapoque - APIO.

Neste período, em 2015, pude participar de eventos e me aprofundar nas ações e organizações políticas dos indígenas, com recorte temporal mais focado na década de 1970, durante o então governo da ditadura civil-militar no Brasil. Ao mesmo tempo, em julho de 2015, realizei meu trabalho de campo no município de Oiapoque, onde entrei em contato com o periódico O Porantim, que será detalhado nas seções que compõem este relatório.

Ainda durante a graduação participei de cursos e oficinas que me ajudaram a trabalhar com fontes documentais, tanto do período colonial quanto com documentos processuais, jornalísticos, cartas, entre outros. Por meio desses momentos, passei a compreender e a pesquisar sobre análise de informações, de conteúdo.

Esta pesquisa sobre as associações indígenas no Oiapoque foi o que me influenciou na construção deste relatório técnico. Em conjunto com a minha orientadora, professora Carmentilla Martins, decidi seguir esse viés para o desenvolvimento da pesquisa. Inicialmente, a proposta seria entender como os periódicos O Mensageiro e O Porantim apresentavam e expunham as ações das associações indígenas, tendo em vista que elas foram fundamentais para a organização e articulação dessas populações em suas lutas e reivindicações diante do Estado e seus agentes.

Entretanto, percebeu-se que limitar a pesquisa apenas às ações dos indígenas por meio das associações seria pouco proveitoso. Nesse sentido, essa ideia não foi descartada, mas incorporada à verificação das ações políticas como um todo, dando atenção e visibilidade aos atos, às reuniões, aos protestos, entre outras ações que não estiveram necessariamente ligadas à iniciativa das associações.

Além disso, mesmo com a APIO congregando os povos indígenas do Oiapoque, eles acabaram em certa medida tendo participações diferenciadas, como explicitado por Carlos Alberto Ricardo (1983) o qual afirma que os Galibi Marworno, por exemplo, tiveram maior participação e foram os primeiros a tomar iniciativa nas ações em torno de suas lutas, as quais relacionam-se com a demarcação de suas terras.

Inicialmente, optou-se por realizar um estudo sobre os povos que habitam a região do município para, desse ponto, seguir para a análise histórica das mudanças vivenciadas por essas sociedades. Além disso, foram consideradas algumas características da região em que vivem. Assim, realizo a apresentação histórico-social dos povos indígenas Palikur, Galibi Marworno, Galibi Kalinã (Galibi do Oiapoque) e Karipunas, a exemplo do que foi construído no trabalho da Meire da Silva (2020).

Anderson Rocha e Danilo Mendes (2017), também apresentam estes grupos indígenas destacando o papel das associações, principalmente a APIO, por ter sido pioneira na organização combativa devido a construção da BR-156, a qual foi o grande entrave para demarcação de suas terras e que “são a partir dessas configurações associativas que os indígenas do Oiapoque estabeleceram suas resistências nas últimas décadas” (Rocha; Mendes, 2017, p. 2).

Assim, não nos aprofundamos sobre a história da APIO, mas buscou-se apresentar o processo histórico de contato entre indígenas e não indígenas, dando ênfase ao movimento indígena. Logo, a primeira seção trata desta contextualização histórica, como seu deu este contato, com problemáticas apresentadas pela ocupação europeia. Para isso, realiza-se um diálogo bibliográfico com Carmentilla Martins (2014), Bruno Nascimento (2019), Manuela Carneiro da Cunha (2012), Carlo Romani (2013), Meire da Silva (2020), Cecília Brito (1998). Todos os autores são referências para compreender a dinâmica histórica social entre povos indígenas, europeus e os espaços ocupados no Brasil e conseqüentemente na fronteira do Oiapoque.

Ademais, ainda nesta seção foi traçado a apresentação do município do Oiapoque como faixa de fronteira, especificando a sua construção pelo Estado. O debate em torno das áreas de fronteira apresenta algumas definições como limites fronteiriços, faixas de fronteira, como uma linha geográfica, entre outros.

Por isso, neste relatório, destaca-se uma discussão em torno de alguns destes conceitos como a fronteira étnica segundo Barth (1998), Faulhaber (2001) e a construção destas fronteiras conforme Cristhian Teófilo da Silva (2005) traduz como resultado de interações sociais que selecionam e estabelecem traços físicos ou culturais, valores, instituições etc.

Na segunda seção, também realizou uma análise bibliográfica acerca das populações indígenas do Oiapoque. Com isso, a discussão buscou-se apresentar estes grupos por meio de Gallois (2003), Vidal (2009), Tassinari (2003), Capiberibe (2007; 2016). Além disto, apresenta-se a discussão sobre as lutas dos povos indígenas pela demarcação de suas terras, as quais ocorrem com a organização do movimento indígena, não somente, mas no decorrer da História

da América como um todo, demonstrando que a organização do movimento em si não se dá somente no Brasil. A organização do movimento indígena se destaca ainda mais na fronteira por ser tratar de um espaço de interesse nacional, por propostas de ocupação e de desenvolvimento como demonstra Jose de Sousa Martins (2014) quando fala sobre a degradação do outro e das ferentes de expansão.

Outrossim, em conjunto com a minha orientadora, professora Carmentilla Martins, decidi seguir esse viés para o desenvolvimento da pesquisa. Inicialmente, a proposta seria entender como os periódicos *O Mensageiro* e *O Porantim* apresentavam e expunham as ações das associações indígenas, tendo em vista que elas foram fundamentais para a organização e articulação dessas populações em suas lutas e reivindicações diante do Estado e seus agentes. Entretanto, na segunda seção decidiu-se apenas apresentar os periódicos. Não retirando sua importância, mas entendendo-os como um suporte para o relatório e como um veículo de comunicação para as populações indígenas do Oiapoque e de outros grupos em outras regiões do país.

Na terceira seção, apresento uma proposta de Sequência Didática. O Mestrado Profissional ele possibilita ao pesquisador construir esta ponte entre o mercado, os espaços públicos e privados. Aliar o conhecimento empírico ao acadêmico construindo um produto técnico, o que se constitui no produto final deste relatório.

Com isso, como produto final a SD atende a uma demanda social e de políticas públicas. A luz do trabalho de Ocilene Cantídio (2022), da conceituação de Zabala (1999) a autora constrói uma proposta de SD para professores da educação básica, percebendo-se a relevância deste trabalho. Logo, a SD aqui apresentada, seguindo a Base Nacional Comum Curricular (2017) e o Referencial Curricular Amapaense (2019), traz três opções para serem trabalhadas na educação básica no componente curricular de História, com um material semiestruturado atendendo os anos finais do ensino fundamental.

SEÇÃO I – PROCESSO HISTÓRICO

Conforme apresentado pela Confederação Nacional de Municípios - CNM, durante o período colonial, o município de Oiapoque era parte da Capitania do Cabo Norte⁵. De acordo com Romani (2013) esta é uma região colonizada primeiramente por espanhóis e depois por português o que inclui o Oiapoque e consequentemente as terras das populações indígenas, hoje já demarcadas.

No início do século XVI, os portugueses da América travaram lutas com outros europeus para estabelecer domínio territorial ao sul do Rio Oiapoque - na época conhecido como Vicente Pinzón - e ao norte do Rio Amazonas, para expandir os domínios coloniais de seus monarcas. Os habitantes da região são antepassados dos povos Waiãpi, que ocupavam a extensão territorial do Rio Oiapoque, dos Galibi e Palikur, concentrados no Vale do Rio Uaçá e seus afluentes.

Nesta perspectiva, Carmentilla Martins (2014, p. 13), nos ilumina, ao analisar esse processo de ocupação da fronteira Oiapoque-AP. Ela afirma que “a configuração da faixa de fronteira brasileira tem uma evolução histórica bem heterogênea”. Isso demonstra que a presença de grupos diferentes, não somente os europeus, mas principalmente as populações indígenas aqui apresentadas, constituem a complexidade no processo de demarcação das terras, ainda mais da fronteira formada pelo Estado.

Com a chegada dos colonizadores europeus, a área tornou-se parte da competição colonial entre os portugueses e franceses. O Tratado de Utrecht, de 1713, estabeleceu o Rio Oiapoque como a fronteira entre os territórios portugueses e franceses, sendo a margem norte pertencente à França. Para Martins (2014), esse processo de ocupação portuguesa-francesa não leva em consideração a presença indígena, tendo em vista que as disputas que se sucederam pela demarcação da fronteira se perpetua com uma série de tratados, além do de Utrecht, segue-se o tratado de Paris, em 1797, que definia o Rio Calçoene, posteriormente o “Araguari (tratado de Badajós em 1801), Carapanatuba (tratado de Madri em 1801), novamente Araguari (tratado de Amiens em 1802)” (Martins, 2014, p. 42).

⁵ A ocupação da região mais ao norte da colônia, que fica entre os rios Oiapoque e Amazonas, conhecida então como capitania do Cabo Norte, iniciou-se na primeira metade do século XVII, mas ainda de forma escassa. A criação da capitania em 1637 visava criar um povoamento na região que auxiliasse a Coroa a manter os estrangeiros, sobretudo ingleses, franceses e holandeses afastados do território. Fonte: <https://historialuso.an.gov.br/glossario/index.php/verbetes-de-a-a-z/44-verbetes-iniciados-em-v/1146-vila-de-sao-jose-do-macapa>

Durante o período colonial, na segunda metade do século XVII, missionários jesuítas desempenharam um papel importante na região, tentando converter e integrar as populações indígenas ao modo de vida europeu. Esse período foi marcado por trocas culturais e conflitos entre as potências europeias e as comunidades indígenas.

Nesse interim, Bruno Nascimento (2020) aborda a função que os jesuítas possuíam num processo de pacificação dos povos indígenas na fronteira. Estes tinham entre seus objetivos o processo de conquista da região por parte dos colonizadores europeus, tornando-os súditos da coroa por meio da catequese, o que se deu tanto pelos jesuítas franceses quanto pelos portugueses, ambos com a missão de demarcar sua presença e evitar o processo de ocupação.

Além disso, Meire da Silva (2020), juntamente com Rafael Ale Rocha (2017) corroboram com a ideia de que a relação entre os povos indígenas do Oiapoque e os colonizadores portugueses foi marcada por uma série de interações complexas, que variaram ao longo do tempo. Inicialmente, os portugueses, ao chegarem à região no século XVI, estabeleceram contatos com as comunidades indígenas, que eram desconhecidas para eles. Esses encontros muitas vezes resultaram em trocas comerciais, onde os indígenas ofereciam produtos locais, como penas, frutas e artesanato, em troca de itens europeus, como ferramentas e armas.

No entanto, essa relação também foi marcada por conflitos e violência. Os colonizadores buscavam expandir seus territórios e explorar os recursos naturais da região, o que frequentemente resultava na invasão das terras indígenas. De acordo com Bruno Nascimento e Giovani José da Silva (2019), as populações indígenas da margem esquerda do Rio Oiapoque enfrentaram a perda de suas terras, a imposição de novas culturas e a introdução de doenças, que devastaram suas populações. Além disso, citam como principais causas:

[...] as endemias tradicionais, as doenças trazidas pelos europeus para as quais os indígenas não tinham resistência e a desorganização das sociedades que viveram nas missões jesuítas e, em menor medida, a escravidão (Silva, 2019).

Além disso, a colonização trouxe a exploração do trabalho indígena, com muitos sendo forçados a trabalhar nas plantações e em atividades extrativistas. Essa dinâmica gerou resistência por parte dos indígenas, que lutaram para defender suas terras e modos de vida. A exemplo disso, Bruno Nascimento e Giovani José da Silva (2019, p. 359), atestam que “inicialmente os contatos com os europeus foram marcados pelas trocas comerciais [...] até a colonização efetiva, quando foram fundados fortes e assentamentos que contaram com a força de trabalho indígena”.

Neste sentido, fica definido o papel que executariam nesta região fronteiriça, os quais, conforme o pesquisador Fernando Canto (2014), estavam em uma linha hierárquica, onde os portugueses militares e os imigrantes destas ilhas supracitadas estariam no topo deste mando. Eles seriam acompanhados por africanos escravizados que teriam advindo de várias regiões e os indígenas que foram sequestrados e capturados para executarem trabalhos mais pesados como do transporte, da pesca e da caça.

Com isso, é notória a demonstração dessa materialidade e sincretismo de conhecimentos populares aliados à medicina popular, com conhecimento de plantas nativas e que possivelmente só poderiam ter sido ensinadas pelos nativos indígenas. Estes indígenas, segundo Cecília Brito (1998), se tornaram a principal força de trabalho nesta invasão colonial, servindo inclusive dentro do próprio exército, apesar de boa parte deles terem vindo de outras regiões. Para se evitar fugas ou revoltas, parte dos soldados recrutava-se igualmente entre os índios que mais assimilaram a ordem colonial.

Com a chegada de colonizadores e a exploração econômica, os povos indígenas enfrentaram desafios significativos, incluindo a perda de terras, a imposição de novas culturas e a degradação ambiental. Apesar disso, muitos grupos têm lutado para preservar suas tradições e direitos, buscando reconhecimento e proteção de suas terras, o que veio a ocorrer na década de 1990.

De acordo com Manuela Carneiro da Cunha (1992), a história dos povos indígenas não se resume à chegada dos europeus à América e ao encontro ocorrido ainda nos séculos XV e XVI. Trago à tona este ponto por ser algo essencialmente construído na historiografia brasileira, que, em muitos aspectos, foi elaborada sob uma perspectiva eurocêntrica.

O que podemos perceber, com uma análise mais aprofundada, é o apagamento da presença dos povos indígenas no Brasil. Essa invisibilidade se reflete na construção da sociedade brasileira, que não percebe os indígenas como protagonistas dessa sociedade, ou seja, os indígenas parecem ser apagados da história do Brasil. Nesse sentido, é fundamental compreender os processos de luta, as ações e as reivindicações desses grupos como protagonistas.

Conforme discutido por Silva e Palomino (2022), a construção de fronteiras internacionais ocorreu à revelia dos povos indígenas e de seus territórios; os povos indígenas precisaram ressignificar seus espaços pela formação dos Estados Nacionais que se foram na América do Sul; quando os europeus chegam à América, os espaços ocupados pelos indígenas não eram esses que agora eles ocupam. Devido acordos e tratados internacionais os povos indígenas ficaram de fora dessas discussões (Barão do Rio Branco não perguntou aos povos

indígenas do Oiapoque se concordavam com a delimitação traçada pelo Tratado de Utrecht, por exemplo).

Com o objetivo de dar visibilidade à construção histórica desses grupos, principalmente no que diz respeito à resistência, percebe-se que, no decorrer da formação dos Estados-nação no continente sul-americano, houve intensa participação política de diversos grupos indígenas. Mesmo com essa atuação, eles foram excluídos dos processos decisórios em vários aspectos, como ocorreu no Brasil. Josefina de Coll (1986) demonstra como os indígenas de toda a América Latina lutaram e resistiram à dominação colonial e continuam lutando até os dias atuais.

Além disso, podemos observar na obra *História dos Índios no Brasil*, organizada por Manuela Carneiro da Cunha (2012), que essa luta protagonizada pelos povos indígenas no Brasil, durante séculos, foi marcada pela eliminação física que sofreram e, conseqüentemente, pela eliminação de suas ações e de sua construção histórica enquanto sujeitos da história.

Um ponto essencial que dá base a esse enfrentamento e que, ao mesmo tempo, motiva as estratégias utilizadas pelos povos indígenas é a invasão de seus territórios. Essa invasão histórica ocorre na própria formação dos países, quando passam a estabelecer fronteiras, como já destacado no trabalho da Martins (2014), ao tratar da construção das faixas de fronteira pela determinação do Estado e seus interesses políticos e econômicos.

Essas fronteiras, por sua vez, atravessam os territórios indígenas e não correspondem às fronteiras reconhecidas pelos próprios grupos indígenas. Conseqüentemente, essa delimitação vai além da compreensão de espaço geográfico ou físico, abrangendo também aspectos culturais e identitários.

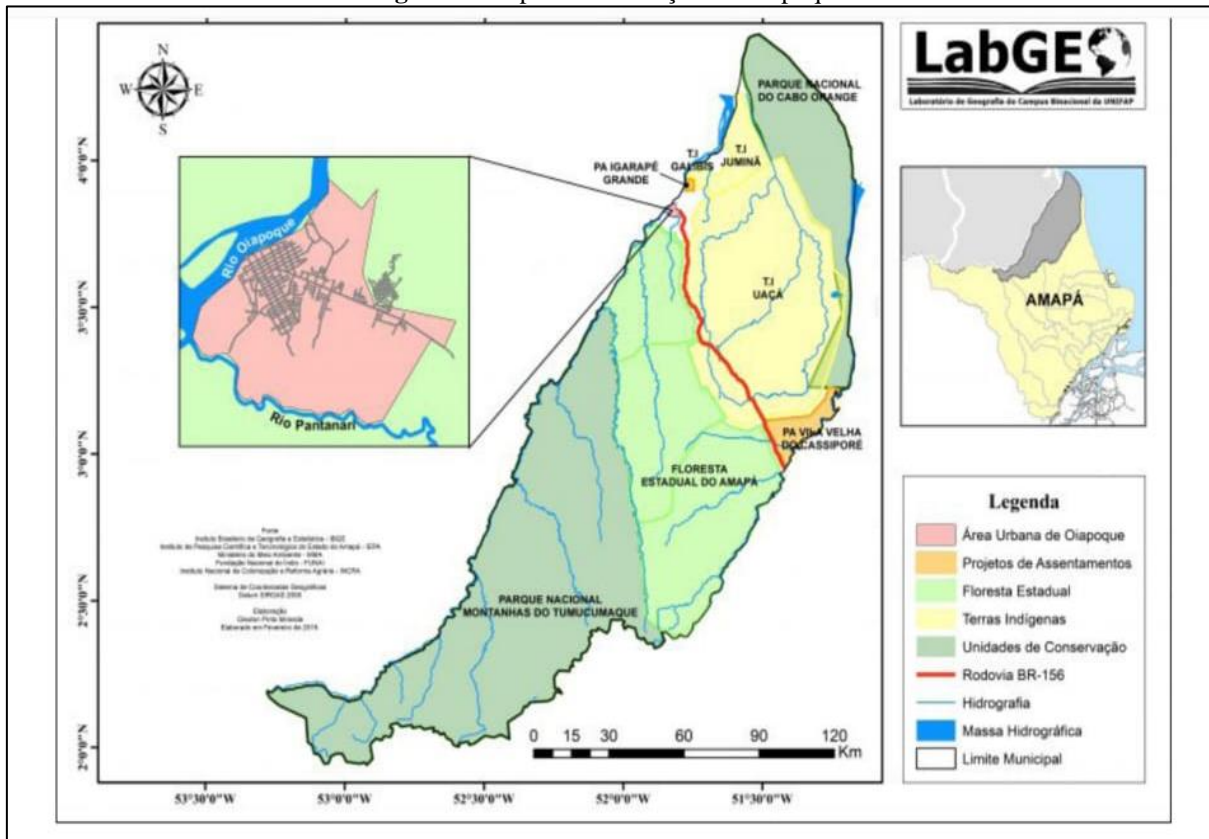
1.1 OIAPOQUE: O MUNICÍPIO, A FAIXA DE FRONTEIRA E A FRONTEIRA ÉTNICA

1.1.1 O município do Oiapoque

Conforme apresentado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2022), Oiapoque tinha uma população de 27.482 habitantes e a densidade demográfica era de 1,19 habitantes por quilômetro quadrado. Na comparação com outros municípios do estado, ficava na 4ª posição em população e na 11ª em densidade demográfica, entre 16 municípios do estado. Já na comparação com municípios de todo o país, ocupava as posições 1.227 e 5.475 de 5.570, com uma área territorial de 23.034,392 km².

De acordo com a Confederação Nacional de Municípios, Oiapoque é um município localizado na região Norte do Brasil, especificamente no estado do Amapá. Geograficamente, está situado próximo à linha do Equador, sendo um dos pontos mais ao norte do país. A cidade está situada às margens do Rio Oiapoque, que serve como fronteira natural entre o Brasil e a Guiana Francesa, como pode ser observado no mapa abaixo:

Figura 1: Mapa de localização do Oiapoque



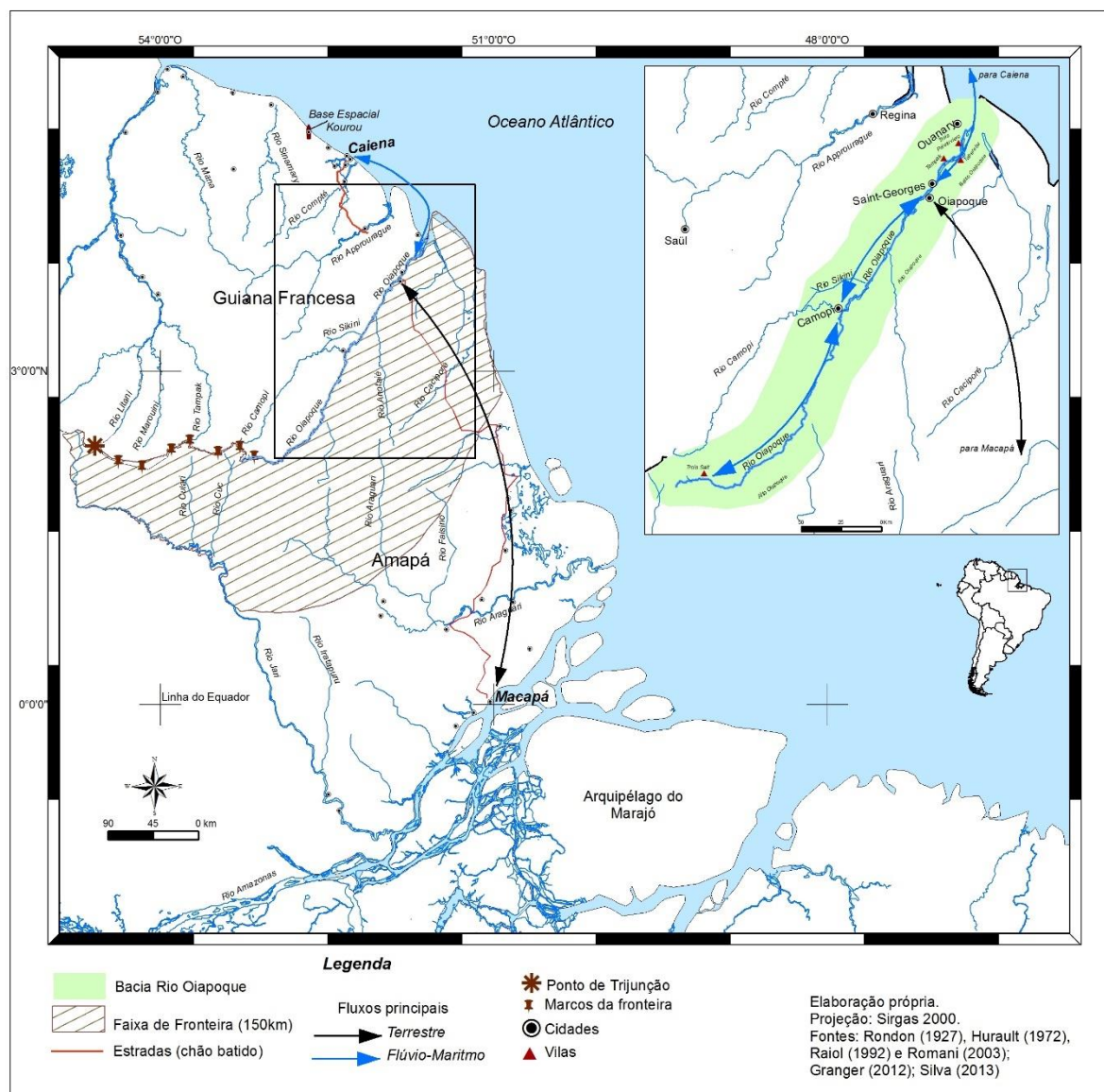
Fonte: Cleuton Pinto (2019)

De acordo com Carina Almeida e Alexandre Rauber (2017), Oiapoque tem sido significativo devido à sua localização estratégica e ao seu papel nas relações de fronteira entre o Brasil e os países vizinhos. A cidade experimentou influências culturais tanto do Brasil quanto da Guiana Francesa, contribuindo para uma mistura única de tradições e costumes, aos quais não irei me debruçar por não estarem entre os objetivos deste trabalho.

Mais importante é compreender a história de Oiapoque, que está entrelaçada com o contexto histórico mais amplo da região norte do Brasil e suas interações com territórios vizinhos. As principais características do município incluem a forte presença indígena, visto que a região ao redor de Oiapoque tem uma longa história de ocupação indígena. Vários grupos indígenas, como os Palikur e Galibi, habitam a área há séculos, contando com os abundantes recursos naturais fornecidos pela Floresta Amazônica e pelo Rio Oiapoque.

No século XIX, a região tornou-se definitivamente brasileira com o reconhecimento do Rio Oiapoque como a fronteira entre o Brasil e a Guiana Francesa. No entanto, a área permaneceu relativamente isolada devido à sua localização remota e à geografia desafiadora. Assim, o mapa abaixo demonstra a faixa de fronteira construída com o Departamento Ultramarino Francês:

Figura 2: Mapa da Bacia do Rio Oiapoque



Fonte: Silva e Granger (2019).

No século XX, esforços foram realizados para integrar Oiapoque à infraestrutura nacional. A construção de estradas e, posteriormente, da Ponte Binacional Oiapoque em 2017 facilitou a conectividade com outras partes do Brasil e com a Guiana Francesa, impulsionando interações econômicas e sociais. Com isso, o mapa acima também apresenta a estrada que liga

o município a capital do Estado com uma boa parte de chão batido, os principais fluxos terrestres e flúvio-marítimo; pontos de trijunção, marcos da fronteira e principalmente a bacia do rio Oiapoque.

Oiapoque tem sido um ponto focal para o comércio transfronteiriço e para intercâmbios culturais entre o Brasil e a Guiana Francesa. A proximidade de Saint-Georges, na Guiana Francesa, resultou em uma combinação única de influências na cultura e no estilo de vida da cidade. Apesar das melhorias na infraestrutura, Oiapoque, como muitas áreas remotas, enfrenta desafios relacionados ao acesso à saúde, educação e desenvolvimento sustentável. O delicado equilíbrio entre preservar as culturas indígenas e promover o crescimento econômico continua sendo uma preocupação.

Em resumo, a história de Oiapoque é marcada pela presença indígena, rivalidades coloniais e esforços para integrar a região ao contexto nacional e internacional. A identidade moderna da cidade reflete uma combinação de influências históricas e desafios contemporâneos. Economicamente, Oiapoque tradicionalmente dependeu de atividades como pesca, agricultura e comércio. O comércio transfronteiriço com a Guiana Francesa tem sido um aspecto notável da economia local, com pessoas de ambos os lados envolvidas nessas atividades. O Rio Oiapoque historicamente foi uma rota vital para transporte e comércio.

Em termos de infraestrutura e desenvolvimento, Oiapoque enfrentou desafios comuns a muitas áreas remotas, mas esforços foram feitos para melhorar a conectividade e as comodidades. A construção da Ponte Binacional Oiapoque, concluída em 2017, facilitou o transporte e o comércio entre o Brasil e a Guiana Francesa, aprimorando a integração regional.

Culturalmente, Oiapoque reflete uma rica tapeçaria de influências, abrangendo tradições indígenas, cultura brasileira e influências dos países vizinhos. Essa diversidade é evidente nas festas, na música e nas práticas culinárias da cidade. Do ponto de vista geopolítico, a localização de Oiapoque desempenha um papel importante no contexto mais amplo das relações internacionais entre o Brasil e seus vizinhos sul-americanos. A proximidade da cidade com a Guiana Francesa destaca as dinâmicas intrincadas das interações e cooperações transfronteiriças.

Oiapoque é uma cidade com uma localização geográfica única, significado histórico e uma mistura cultural moldada pela proximidade com a Guiana Francesa. Ela serve como um microcosmo das complexidades inerentes às regiões de fronteira, refletindo a interação de fatores econômicos, culturais e geopolíticos.

1.1.2 Oiapoque: Faixa de Fronteira, Fronteira Étnica

O Ministério da Justiça, em 2016, apresentou que “o Brasil possui 24.253 km de fronteiras, sendo 16.886 km da foz do Rio Oiapoque, ao Norte, na divisa do Amapá com a Guiana Francesa ao Sul no limite do Rio Grande do Sul com o Uruguai” (MJ, 2016, s/n). A Faixa de Fronteira, segundo a atual Constituição, é de até 150 km, e é considerada fundamental para defesa do território nacional, sendo que sua ocupação e utilização são reguladas em lei.

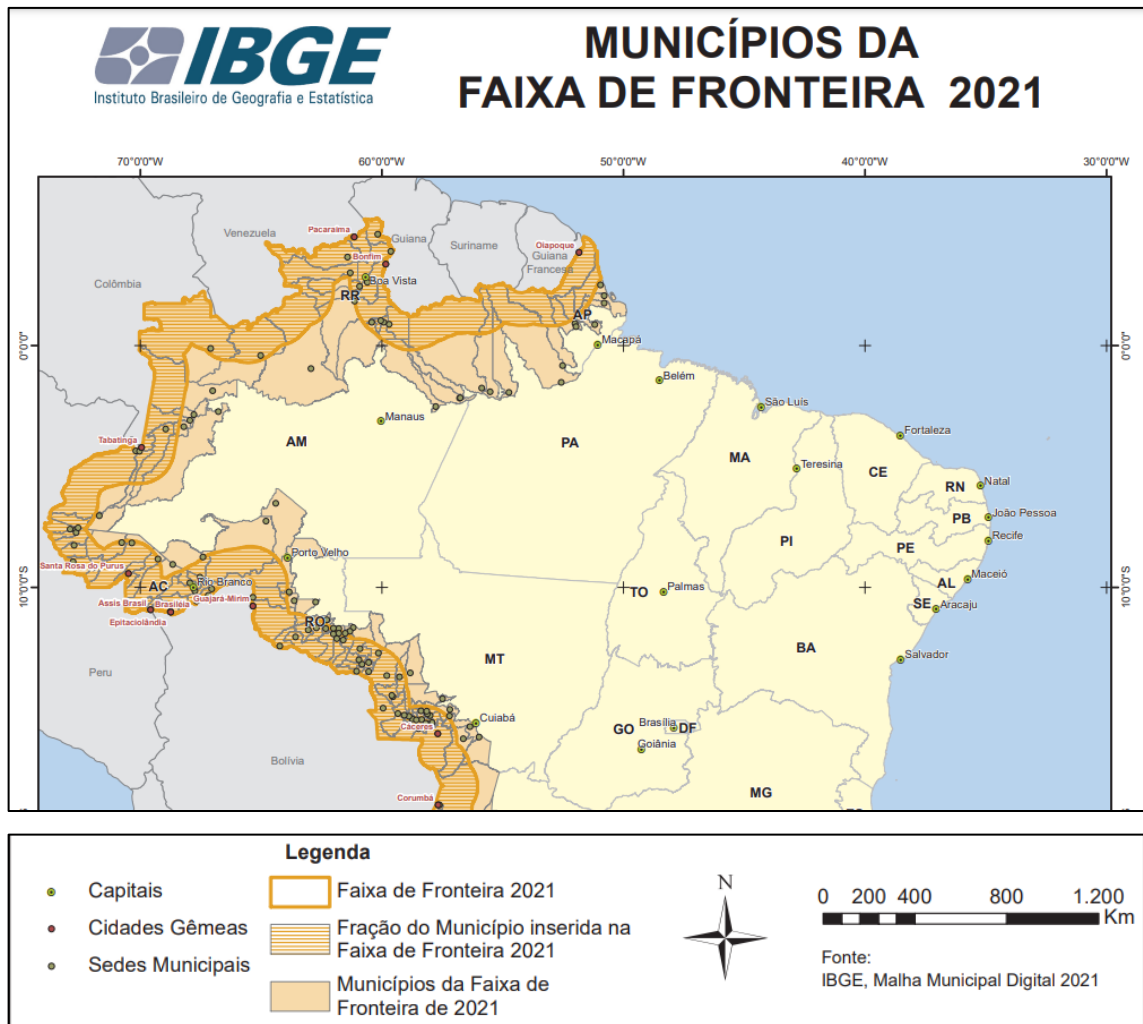
A Lei nº6.634 de 2 de maio de 1979 regulamenta a Faixa de Fronteira, cujo regulamento está disposto no Decreto nº 85.064/80. A mencionada lei não proíbe atividades e não veda atuação de estrangeiros ou pessoas jurídicas estrangeiras na Faixa de Fronteira (Secretaria de Programas Regionais - Ministério da Integração Regional)⁶. Nesta perspectiva, Silva e Baines (2009) dissertam que:

As interações internacionais que surgem nelas propiciam a configuração de culturas locais transnacionais, apresentando grande potencial de integração econômica assim como exemplificando problemas característicos dos centros urbanos como trabalho e imigração ilegal, contrabando, entre outros, com efeitos diretos e indiretos sobre o desenvolvimento regional e a qualidade da cidadania dos seus habitantes.

O que se torna importante para compreender o local que estou discutindo, o qual apresenta características únicas e distintas de outras regiões, de outros municípios que não correspondem a estas faixas de fronteira. Esta faixa de fronteira pode ser observada a seguir:

⁶ <https://antigo.mdr.gov.br/images/stories/ArquivosSNPU/Biblioteca/publicacoes/cartilha-faixa-de-fronteira.pdf>

Figura 3: Municípios da Faixa de Fronteira 2021



Fonte: IBGE

Logo, essas características também incidem sobre seus moradores, o que se atrela as populações indígenas que ali vivem. Pensando nisso, Teófilo da Silva e Baines (2009, p. 42, 43) afirmam que:

Nesses termos, o processo transnacional adquire nas fronteiras uma espessura empírica passível de descrição sistemática, pois encontra nas nacionalidades em conjunção um objeto de investigação antropológica ao mesmo tempo inter e transnacional, onde as identidades e relações interétnicas não ocorrem no interior de um único Estado-Nação, mas no interior de (no mínimo) dois Estados nacionais.

O conceito de fronteiras étnicas refere-se à delimitação e demarcação das fronteiras culturais, sociais e, muitas vezes, geográficas entre diferentes grupos étnicos dentro de uma determinada sociedade ou região. As fronteiras étnicas não são meras linhas físicas em um mapa; elas abrangem uma complexa rede de fatores históricos, linguísticos, religiosos e sociais que contribuem para a formação e perpetuação de identidades étnicas distintas.

De acordo com Faulhaber (2001), compreender o conceito de fronteira é crucial para entender a diversidade cultural, pois fornece *insights* sobre as formas como as sociedades humanas se organizam e se definem de acordo com linhas de herança, língua e costumes compartilhados.

O estabelecimento de fronteiras étnicas envolve a negociação e manutenção da identidade, frequentemente em resposta a acontecimentos históricos, padrões de migração e interações com outros grupos étnicos. Essas fronteiras podem ser fluidas, porosas ou rígidas, dependendo de fatores como desenvolvimentos políticos, mudanças econômicas e intercâmbios culturais.

As fronteiras étnicas influenciam a diversidade cultural, moldando a dinâmica da interação e coexistência entre diferentes grupos. Elas afetam estruturas sociais, relações de poder e a distribuição de recursos dentro de uma sociedade. Além disso, as fronteiras étnicas contribuem para a criação de paisagens culturais, onde diferentes práticas, tradições e sistemas de crenças se manifestam em áreas geográficas específicas. Cristhian Teófilo da Silva (2005, p. 115), consolida esta ideia ao afirmar que:

[...] são resultado de interações sociais que selecionam e estabelecem traços físicos ou culturais, valores, instituições etc., como signos diacríticos entre pessoas e grupos para definir formas, regras e padrões de relacionamento com os mesmos, propiciando, desse modo, o surgimento e a manutenção das fronteiras étnicas.

O conceito de fronteira étnica é uma construção acadêmica que procura analisar as interações dinâmicas e complexas entre diferentes grupos étnicos dentro de uma região geográfica. Neste relatório técnico se realiza a operacionalização do conceito de fronteira étnica.

Se argumenta que fronteira étnica explicitará as relações mantidas entre os povos indígenas Palikur, Galibi Marworno, Galibi Kalina e Karipuna do Oiapoque com outros habitantes da fronteira entre Brasil (Oiapoque) e França (Guiana Francesa), e ressaltar as relações de disputa entre indígenas e o Estado (Amapá-Brasil) entre 1979 e 1992.

Essa análise é realizada com base em dados bibliográficos e na apresentação dos jornais digitalizados “O Porantim” e “O Mensageiro”, disponíveis na Hemeroteca do Armazém Memória⁷, acessível pelo site do Conselho Indigenista Missionário⁸. Ao explorar diferentes perspectivas e exemplos, é possível obter uma compreensão mais profunda de como as

⁷ Armazém Memória é uma iniciativa de articulação e construção coletiva de um portal na Internet, visando colaborar para o desenvolvimento de políticas públicas, que possam garantir ao cidadão brasileiro o acesso à sua memória histórica, através de Bibliotecas Públicas Virtuais interligadas em um sistema de busca direto no conteúdo.

⁸ <https://cimi.org.br/publicacoes>

fronteiras étnicas moldam a dinâmica social, cultural e política. O conceito de fronteira étnica baseia-se em várias estruturas teóricas, incluindo o construtivismo social, a geografia cultural e os estudos étnicos.

Pesquisadores como Fredrik Barth (1998) argumentam que as fronteiras étnicas não são fixas ou naturais, mas socialmente construídas e sujeitas a mudanças ao longo do tempo. Essa perspectiva enfatiza o papel das dinâmicas de poder, da formação de identidade e das diferenças culturais na definição e manutenção de fronteiras étnicas.

Conforme Faulhaber (2001), as fronteiras étnicas podem influenciar práticas culturais, interações sociais e identidades coletivas. Elas podem resultar na preservação de tradições culturais únicas, línguas e costumes dentro de grupos étnicos específicos. Essas fronteiras também afetam as relações intergrupais, promovendo tanto a cooperação quanto o conflito. A presença de uma fronteira étnica pode criar um sentimento de pertença e solidariedade dentro de um grupo, ao mesmo tempo que leva à exclusão, discriminação e marginalização daqueles que estão do outro lado da fronteira.

Philippe Poutignat (1998) ressalta que as fronteiras étnicas têm implicações políticas significativas, pois se cruzam com questões de governança, territorialidade e poder. O desenho de fronteiras políticas frequentemente reflete ou reforça divisões étnicas, levando a conflitos relacionados à terra, aos recursos e à representação política. A negociação e a disputa das fronteiras étnicas podem moldar a formação de Estados-nação, movimentos de autonomia e demandas de autodeterminação.

Um exemplo notável de fronteira étnica é a divisão da Índia e do Paquistão em 1947, que resultou na criação de duas nações separadas com base na identidade religiosa. Essa divisão levou a migrações em massa, violência comunitária e tensões contínuas entre os dois países. Outro exemplo é a fronteira entre o México e os Estados Unidos, que apresenta uma dinâmica étnica complexa devido a padrões de migração, intercâmbio cultural e debates sobre políticas de imigração.

Fredrik Barth (1976), antropólogo norueguês, oferece ideias importantes sobre o conceito de fronteiras étnicas. Ele argumenta que os grupos étnicos não são definidos por traços culturais ou biológicos inerentes, mas sim por processos sociais de criação de fronteiras. De acordo com Barth (1976), as fronteiras étnicas são estabelecidas e mantidas por meio de interações e práticas sociais, incluindo atos de inclusão e exclusão.

O autor sugere que os grupos étnicos são formados quando indivíduos ou coletividades se percebem e percebem os outros como partilhando certos atributos culturais e afiliações, tais como língua, religião, costumes ou outros marcadores de identidade. Importante destacar que,

segundo Barth (1976), as fronteiras étnicas não são fixas ou universalmente acordadas, mas estão sujeitas a negociação, contestação e mudanças em diferentes contextos sociais. Seu trabalho contribui para a compreensão da etnia como um fenômeno dinâmico e socialmente construído.

Vários autores brasileiros têm se dedicado ao estudo e à discussão das fronteiras étnicas indígenas, oferecendo contribuições valiosas sobre as dinâmicas sociais, culturais e políticas que envolvem as populações indígenas no Brasil. Um desses nomes é Manuela Carneiro da Cunha, etnóloga e professora emérita da Universidade de Chicago, considerada uma das principais referências nos estudos indígenas no Brasil. Suas contribuições abrangem temas como territorialidade, relações interétnicas e as implicações políticas das fronteiras étnicas.

Em *História dos Índios no Brasil*, como uma das autoras dessa obra coletiva, Carneiro da Cunha (1992) apresenta uma visão abrangente da história dos povos indígenas no Brasil. Sua contribuição no livro aborda questões como o contato com os colonizadores, as políticas de assimilação e a resistência indígena ao longo dos séculos. A autora também organizou a obra *Culturas Indígenas: Conhecimento, Saberes, Práticas e Direitos*, que reúne diferentes perspectivas sobre as culturas indígenas no Brasil. O livro discute temas como diversidade cultural, modos de conhecimento e práticas culturais, proporcionando uma análise aprofundada das fronteiras culturais indígenas.

Manuela Carneiro da Cunha (1992) aborda a dimensão de etnogênese e fronteiras culturais, explorando a formação e transformação de identidades étnicas. Suas análises examinam o processo de etnogênese entre diferentes grupos indígenas, destacando como as fronteiras culturais são moldadas, redefinidas e negociadas ao longo do tempo. Suas obras revelam a dinâmica e a fluidez dessas fronteiras, contribuindo para uma compreensão mais ampla das interações culturais no contexto brasileiro.

Ao explorar as políticas públicas voltadas para os povos indígenas, Carneiro da Cunha (2012), examina as fronteiras jurídicas que delineiam seus direitos e territórios. Ela analisa como as políticas governamentais influenciam as dinâmicas étnicas, muitas vezes desempenhando um papel na redefinição das fronteiras territoriais e identitárias.

A dimensão territorial é central em muitas das obras de Carneiro da Cunha. Ela investiga como as fronteiras étnicas se relacionam com questões de posse de terras, demarcação de territórios indígenas e os desafios enfrentados pelas comunidades na manutenção de suas fronteiras espaciais.

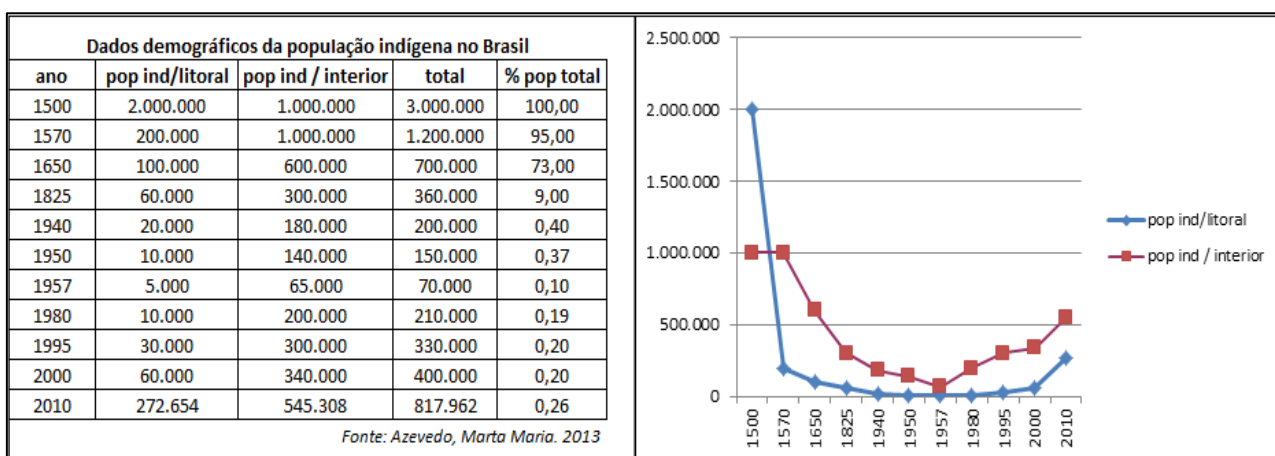
Em suas análises, examina as concepções das pessoas dentro de grupos indígenas específicos, observando como essas concepções contribuem para a construção de fronteiras

simbólicas entre diferentes comunidades. Ela destaca a relevância das dimensões simbólicas na definição e manutenção das fronteiras étnicas. O trabalho de Manuela Carneiro da Cunha oferece concepções sobre as fronteiras étnicas, proporcionando uma base teórica e empírica para o entendimento das complexidades envolvidas nas interações culturais e sociais entre os povos indígenas no Brasil.

SEÇÃO II – POVOS INDÍGENAS DO OIAPOQUE, DEMARCAÇÃO DE TERRAS E MOVIMENTO INDÍGENA

As informações acerca dos povos indígenas do Oiapoque aqui detalhadas já foram discutidas em outros trabalhos, os quais servem de base para as informações sobre os indígenas do Oiapoque. Nesse sentido, também nesta seção será feito a discussão de alguns dados obtidos por meio do site da Fundação Nacional do Índio (Funai)⁹ e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022). Assim sendo, é importante destacar, a título de comparação como estavam distribuídas as populações indígenas no Brasil, afunilando para o Município do Oiapoque-AP.

Figura 4: Dados Gerais sobre os povos Indígenas



A partir de 1991, o IBGE incluiu os indígenas no censo demográfico nacional. O contingente de brasileiros que se considerava indígena cresceu 150% na década de 90. O percentual de indígenas em relação à população total brasileira saltou de 0,2% em 1991 para 0,4% em 2000, totalizando 734 mil pessoas. Houve um aumento anual de 10,8% da população, a maior taxa de crescimento dentre todas as categorias, quando a média total de crescimento foi de 1,6%.

O Censo Demográfico realizado pelo IBGE em 2010, é de 817.963 indígenas, dos quais 502.783 vivem na zona rural e 315.180 habitam as zonas urbanas brasileiras. Segundo dados do censo do IBGE realizado em 2010, a população brasileira soma 190.755.799 milhões de

⁹ “A Fundação Nacional do Índio - FUNAI, é o órgão indigenista oficial do Estado brasileiro. Criada por meio da Lei nº 5.371, de 5 de dezembro de 1967, vinculada ao Ministério da Justiça, é a coordenadora e principal executora da política indigenista do Governo Federal. Sua missão institucional é proteger e promover os direitos dos povos indígenas no Brasil” (FUNAI).

peças. Ainda segundo o censo, 817.963 mil são indígenas, representando 305 diferentes etnias. Foram registradas no país 274 línguas indígenas. Vale observar a figura abaixo¹⁰:

Figura 5: Pessoas indígenas, por localização do domicílio e condição de indígena

Variável - Pessoas indígenas (Pessoas)			
Município - Oiapoque (AP)			
Ano - 2010			
Condição de indígena	Localização do domicílio		
	Total	Em terras indígenas	Fora de terras indígenas
Total	5.572	5.082	490
Declararam-se indígenas	5.569	5.079	490
Não se declararam indígenas, mas se consideravam indígenas	3	3	-

Fonte: IBGE

Percebe-se que no Oiapoque, em 2010, dos 5.572 que se declararam indígenas, 91,21% estavam em terras indígenas e 8,79% estavam fora. Assim sendo, é importante destacar que o município do “Oiapoque tem 8.088, atualmente, indígenas, do total de 11.334 no estado, em 2010 a população indígena no estado era de 7.411, o que representa um aumento de 65,3% em comparação aos dados atuais”.

Além disso, com o uso desses dados, realizo uma discussão de cunho bibliográfico pautada na pesquisa da equipe temática “Sociedades Indígenas e suas Fronteiras na Região Sudeste das Guianas”, coordenada por Dominique T. Gallois e Lux B. Vidal - Núcleo de História Indígena e do Indigenismo da Universidade de São Paulo (NHII/USP), editada e publicada pelo Instituto de Pesquisa e Formação em Educação Indígena (Iepé) no livro *Povos Indígenas no Amapá e Norte do Pará: quem são, onde estão, quantos são, como vivem e o que pensam?*

2.1 OS POVOS INDÍGENAS DO OIAPOQUE: HISTÓRICO E DEMARCAÇÃO DE TERRAS

Os povos indígenas do Oiapoque apresentam algumas características em comum, historicamente relacionadas ao seu passado e à sua localização na fronteira brasileira. Tais características se manifestam em sua dinâmica populacional, atrelada à política, ao comércio,

¹⁰ <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/4142#resultado>

aos matrimônios e às práticas ritualísticas, que se estendem pela atual Guiana Francesa e Suriname.

Essas relações criaram, segundo Antonella Tassinari (2003), uma identidade Uaça, formada principalmente por questões em comum, vinculadas à invasão de seus territórios por empreendimentos, garimpeiros e pela própria presença do Serviço de Proteção ao Índio - SPI¹¹.

Os quatro povos destacados neste projeto se localizam na cidade de Oiapoque, ao norte do estado do Amapá, e estão divididos, de acordo com o Iepé (2003), da seguinte maneira: os Galibi Marworno habitam a Terra Indígena Uaçá, homologada pelo Decreto nº 298, de 29 de outubro de 1991 (Diário Oficial da União, 29.10.91), bem como a Terra Indígena Juminã, homologada pelo Decreto sem número (Diário Oficial da União, 22.05.92).

Os Palikures habitam as margens do Rio Urukauá, afluente do Uaçá, na TI Uaçá. Os Karipuna também habitam as TI Uaçá, Juminã e Galibi Kalinã (Galibi do Oiapoque). Os Galibi do Oiapoque habitam a TI Galibi do Oiapoque, homologada pelo Decreto 87.844, de 22 de novembro de 1982 (Diário Oficial da União, 22.11.82).

Assim, é importante compreender que o processo de demarcação das Terras Indígenas (TI) no Brasil é regulamentado pelo Decreto nº 1.775¹², de 8 de janeiro de 1996 (Diário Oficial da União, 08.01.1996) que disciplina o procedimento administrativo necessário para essa delimitação, sendo de competência do Poder Executivo. Este decreto orienta a definição e sinalização dos limites das TI, exigindo a realização de diversas etapas que consolidam o processo de demarcação.

A Funai é responsável por conduzir esse procedimento, iniciando com a fase de estudos de identificação e delimitação. Nessa fase inicial, a Funai organiza um grupo técnico multidisciplinar composto por antropólogos, juristas, especialistas em meio ambiente e outros profissionais, com o objetivo de elaborar o Relatório Circunstanciado de Identificação - RCI. Esse relatório identifica a área estudada como terra indígena e, após sua conclusão, é submetido à Funai para análise. Se aprovado, o relatório é publicado no Diário Oficial da União e no Diário Oficial do Estado onde se situa a área demarcada.

¹¹ De acordo com a própria FUNAI: “O Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais (SPILTN, a partir de 1918 apenas SPI) foi criado, a 20 de junho de 1910, pelo Decreto nº 8.072, tendo por objetivo prestar assistência a todos os índios do território nacional (Oliveira, 1947). O projeto do SPI instituía a assistência leiga, procurando afastar a Igreja Católica da catequese indígena, seguindo a diretriz republicana de separação Igreja-Estado. A ideia de transitoriedade do índio (Oliveira, 1985) orientava esse projeto: a política indigenista adotada iria civilizá-lo, transformaria o índio num trabalhador nacional”.

¹² Dispõe sobre o procedimento administrativo de demarcação das terras indígenas e dá outras providências. O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, e tendo em vista o disposto no art. 231, ambos da Constituição, e no art. 2º, inciso IX da Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973.

Em sequência, acontece a etapa de contraditório administrativo, em que estados, municípios e demais interessados têm a oportunidade de contestar a demarcação. Destaca-se que essa contestação não impede, por si só, a demarcação da terra indígena. Após o contraditório, o Ministro da Justiça é responsável por declarar os limites da TI, inclusive julgando as contestações apresentadas. Decorrido o prazo de 90 dias, o Ministro pode então expedir uma portaria que define oficialmente os limites da terra. Em seguida, a Funai realiza a demarcação física da área, conforme estipulado na portaria.

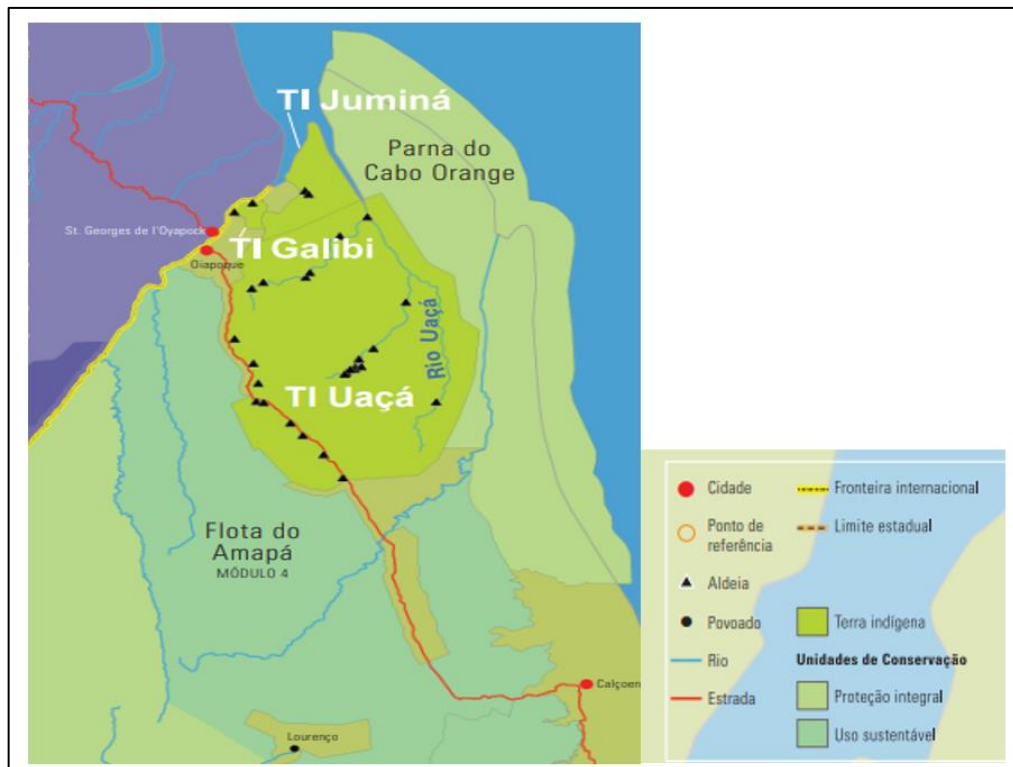
Com a delimitação física concluída, inicia-se o levantamento fundiário, no qual a Funai, em parceria com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), identifica benfeitorias realizadas por ocupantes não indígenas na área em questão. Em caso de contestações, cabe ao Ministro da Justiça decidir sobre os limites, após a análise do contraditório.

A fase de homologação da demarcação é conduzida pela Presidência da República, por meio de decreto. Nesse momento, é analisada a possibilidade de indenização baseada nas benfeitorias identificadas. Posteriormente, a Funai procede com a retirada dos ocupantes não indígenas, assegurando a compensação das benfeitorias realizadas de boa-fé. O Incra providencia o reassentamento de ocupantes não indígenas que atendam aos critérios de reforma agrária.

Posteriormente, a Funai registra oficialmente as terras indígenas na Secretaria de Patrimônio da União, com a publicação do decreto de regularização. Esse registro marca o reconhecimento formal da terra indígena. Em situações específicas, como a presença de povos indígenas isolados, a Funai pode interditar áreas para garantir a proteção desses grupos.

Segundo Silva (1998, p. 46), “cada etapa desse processo é essencial para assegurar uma demarcação criteriosa, visando à preservação dos direitos territoriais dos povos indígenas e ao cumprimento das garantias constitucionais estabelecidas na Constituição Federal de 1988”. Entretanto, este processo é lento, gradual e moroso, gerando nesse meio tempo conflitos devido à pressão de grupos ruralistas, posseiros e garimpeiros que se aproveitam da falta de proteção e demarcação para ocuparem os territórios indígenas.

Estas informações, acerca da demarcação das terras indígenas no norte do Amapá, podem ser mais bem visualizadas no mapa das terras indígenas abaixo, produzido pelo Iepé (2003).

Figura 6: Mapa de demarcação de terras indígenas

Fonte: Instituto Iepé.

O mapa acima mostra claramente a localização destas terras já regularizadas pelos decretos indicados anteriormente, as quais, conforme informado pelo site da Funai, apresentam hoje as seguintes formações:

Quadro 1: Formações de terras indígenas segundo a Funai

Terra Indígena	Etnia	UF	Município	Superfície(ha)	Fase do Procedimento	Modalidade
Galibi	Galibi do Oiapoque	AP	Oiapoque	6.689,1928	Regularizada.	Tradicionalmente ocupada.
Jumina	Karipuna, Galibi do Oiapoque	AP	Oiapoque	41.601,2713	Regularizada.	Tradicionalmente ocupada.
Uaçá	Karipuna	AP	Oiapoque	470.164,0636	Regularizada.	Tradicionalmente ocupada.

Fonte: Fundação Nacional dos Povos Indígenas. Índios no Brasil: Terras Indígenas. Disponível em: <http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/terras-indigenas>. Acesso em: 06 jul. 2020.

A partir do quadro acima, percebe-se que as terras indígenas já foram regularizadas, e cada uma possui uma forte ligação com a cultura e com a vivência dessas populações. Essas terras não possuem somente uma importância histórica ou simbólica, mas fazem parte da organização da vida social.

Os povos indígenas possuem uma organização particular, que se diferencia pelos costumes, etiquetas e regras próprias, os quais estão atrelados ao espaço em que vivem, como exemplificado por Gallois (2003, p. 31):

Um desses modos próprios de organização diz respeito à moradia. Seus lugares de moradia são constituídos pelas aldeias. Em cada aldeia, encontramos um certo número de casas de habitação, que varia de acordo com o número de famílias que residam no local. Em cada casa normalmente vive um casal com seus filhos e filhas solteiros, que corresponde ao que chamamos de família nuclear. Ao casarem-se, os homens costumam ir residir perto da casa dos sogros, seja ela na mesma aldeia ou em outra. Já as mulheres normalmente continuam morando perto de seus pais após se casarem, cabendo a seus maridos construir sua nova moradia próxima à dos sogros, vindo a constituir o que chamamos de família extensa.

A demarcação de terras indígenas é um processo complexo e constante, repleto de desafios para os povos originários. A intervenção do Estado em áreas indígenas, frequentemente motivada por interesses desenvolvimentistas como a construção da BR-156, que liga a capital do estado do Amapá com o Oiapoque, acarreta pressões e ameaças socioambientais que afetam diretamente a vida, a cultura e o território desses povos. A construção de infraestruturas, como rodovias, frequentemente proporciona vantagens econômicas para a sociedade ao atender a interesses de desenvolvimento. No entanto, como abordado por Anderson Rocha e Giovani José da Silva (2019) representa um risco para os povos indígenas, que veem seu espaço não apenas como meio de subsistência, mas também como um espaço de importância espiritual e cosmológica. Essa intervenção causa uma vulnerabilidade nos territórios, aumentando as invasões e a deterioração do meio ambiente, gerando conflito socioambiental devido a intervenção do Estado na região Uaçá, com objetivo de atender aos interesses de desenvolvimento.

Esses impactos são percebidos de forma tangível e simbólica. Para a sociedade não indígena, as obras podem representar progresso, uma vez que interligam municípios e facilitam o fluxo do comércio. No entanto, para os povos indígenas, tais construções representam uma ameaça à integridade de seus territórios.

O conflito socioambiental é acirrado pela discrepância entre os modos de vida tradicionais indígenas e os interesses econômicos e políticos que buscam explorar os recursos naturais de suas terras (Little, 2001). Além disso, as atividades de caça, agricultura e a própria

dinâmica social das comunidades são prejudicadas, gerando perdas irreparáveis para a cultura indígena e um risco à sua continuidade.

Ademais, Mateus Martins e Priscilla Chagas (2021, p. 317) nos iluminam acerca do conceito de território, fazendo uma análise de territorialidade e territorialização, o que é fundamental para compreender o uso de território e sua relação com os povos indígenas do Oiapoque. Assim sendo, os autores apresentam o território como um espaço que apresenta dinamicidade “contradições, as relações de poder, as identidades, afetividades, as redes de circulação e comunicação”.

Com isso, percebe-se como este conceito apresenta uma clara relação com a construção identitária dos povos indígenas pois é nela que se constitui a sua territorialidade, o que os autores compreendem como identificação e pertencimento simbólico, material, destes povos com o território, principalmente porque a materialização do território, ainda mais na fronteira, se transforma em espaços de lutas, de poder como os autores propõem sendo “não é somente aquele das fronteiras guarnecidas pelo estado, num poder que vem de cima para baixo, mas um território interespaçial de poder” (Martins; Chagas, 2021, p. 317).

Neste ínterim, entende-se como o território é um meio que constrói as relações estabelecidas por esses povos. Essa característica apontada acima é apenas uma das que estão em comum entre esses povos, fortalecendo sua luta, a qual se torna um dos primeiros pilares para sua organização política em torno de assembleias.

2.2 GALIBI MARWORNO, PALIKUR, KARIPUNA E GALIBI KALINÃ

Na história mais recente dos povos indígenas do norte do Amapá, a partir de meados da década de 1960, observa-se um movimento crescente nesses espaços, fortalecido pela presença da Funai e do Conselho Indigenista Missionário - Cimi. Essa atuação, por exemplo, entre os Galibi Marworno, fomentou a realização de assembleias e reivindicações pela demarcação de suas terras, principalmente na região em que viviam, localizada na aldeia de Kumarumã, na margem esquerda do Rio Uaçá.

Além disso, de acordo com o Instituto Socioambiental, os Galibi Marworno apresentam fortes relações políticas que se entrelaçam, inclusive, à história nacional e aos projetos desenvolvimentistas da década de 1970:

A chefia de caráter tradicional era constituída pelos chefes dos grupos locais, famílias extensas que ocupavam as ilhas do alto Uaçá. Alguns, porém, eram mais prestigiados, com famílias mais numerosas. Estes conseguiam reunir os grupos locais para a festa do Turé ou de Santa Maria, quando se consumia muito caxiri. Formou-se assim uma

rede de sociabilidade no alto Uaçá. Há chefes lembrados como autoritários e temidos, às vezes promovendo alianças nem sempre benéficas ao conjunto das famílias. Na época da visita do Marechal Rondon lideravam chefes respeitados, cujos descendentes ainda vivem na região do Uaçá (Povos Indígenas no Brasil, s/d).

Diferentemente dos Galibi Marworno, os aspectos históricos relacionados aos Palikur chamam a atenção ao analisarmos os processos pelos quais passaram ao longo do tempo. Musolino (2006, p. 28) afirma que “os palikur foram avistados pelos europeus pela primeira vez em 1500, quando o navegador espanhol Vicente Yanez Pinzón, em seu relatório de viagem datado de 1513, os denomina de paricura”. Desde então, o contato com os não indígenas tem ressignificado sua cultura.

Ademais, conforme mostrado por Capiberibe (2001), em sua dissertação de mestrado, os Palikur não realizam mais suas festas tradicionais, como o Turé, pois, em sua maioria, se tornaram cristãos no final da década de 1940, quando foram evangelizados por protestantes. Esse processo também demonstra como os Palikur possuem uma longa história de relação com os não indígenas, “assim como desde sempre participou da rede de relações interétnicas estabelecidas na região mais ampla das Guianas” (Capiberibe, 2001, p. 3).

Atualmente, segundo Gallois (2003, p. 27), os Palikur vivem no lado brasileiro, na aldeia Kumenê, que conta com um posto da Funai.

Estão situados em ambos os lados da fronteira Brasil/Guiana Francesa. No lado brasileiro, distribuem-se em 10 aldeias localizadas ao longo do rio Urukauá, afluente direito do rio Uaçá. No lado francês, vivem dentro do perímetro urbano de Caiena e Saint Georges de L'Oyapock, em bairros construídos pelo governo francês, especialmente para brigá-los, e em aldeias localizadas na margem esquerda do rio Oiapoque.

Os Palikur habitam a TI Uaçá, no município de Oiapoque e a dividem com os Galibi-Marworno e os Karipuna, que são predominantes. De acordo com informações recentes, divulgadas em 2023 pelo Instituto Socioambiental - ISA, 4.462 indivíduos habitam a TI.

Segundo a Funai, no ano de 1994, a população da TI Uaçá era de 3.142 indivíduos; posteriormente, em 1999, a fundação divulgou o número de 3.665 habitantes. O Censo Indígena do Oiapoque, realizado pela Funai, apurou a quantidade de habitantes como 4.913. Em 2011, novamente com dados divulgados pela Funai e pela Prefeitura de Macapá, 4.462 pessoas habitavam a TI.

As TIs Uaçá I e II sofrem pressões e ameaças ao ambiente e aos povos indígenas que as habitam, por riscos potenciais e problemas já existentes, principalmente relacionados à exploração de recursos madeireiros. O ambiente natural dessa TI é coberto integralmente pelo

bioma Amazônico, com florestas ombrófilas¹³ densas e formações pioneiras. Suas bacias hidrográficas são Oiapoque (que abrange 94,34% do território da TI) e Litoral AP (abrangendo apenas 5,66%).

O problema do desmatamento afeta fortemente a TI, especialmente na Amazônia Legal. O Projeto Monitoramento da Floresta Amazônica Brasileira por Satélite – PRODES, e o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE, observam a supressão de florestas na Amazônia Legal e divulgam tais dados.

Por conseguinte, os Karipuna vivem também na região do Oiapoque, mais especificamente no baixo Rio Oiapoque. Tassinari (2003) descreve os Karipuna como um povo que habita as margens do Rio Curupi, com grandes aldeias neste perímetro e outras menores ao longo da BR-156, que segue em direção ao Oiapoque. Algumas dessas aldeias ainda se estendem pelo Rio Oiapoque, apresentando um extenso processo de relação familiar. Além disso:

[...] são uma população bastante heterogênea do ponto de vista étnico. Famílias provenientes das missões portuguesas, falantes da língua geral do Amazonas, denominadas Tapouyes pelos franceses, que provavelmente estiveram aldeadas em missões no litoral da Guiana, percorrem ao longo do século XIX a costa do Amapá até atingir o Baixo Oiapoque. Também são nomeadas Garipons e Caripounes pelos viajantes do século XIX que as encontram nos rios Uanarri, Curipi e Uaçá. São identificados como Karipuna pela Comissão Rondon, que visitou a região em 1927 (Vidal, 2009, p. 17).

Ademais, os Galibi do Oiapoque (Galibi Kalinã), de acordo com Lux Vidal (2000), vivem até hoje na aldeia São José dos Galibi, onde “monsieur Gérard Lod, chefe de um pequeno grupo de índios Galibi-Kaliña, se instalaram na aldeia de São José, à margem do Rio Oiapoque, do lado brasileiro, e provenientes da rivièrè Maná, na Guiana Francesa, fronteira com o Suriname”. Além disso, com exceção dos Galibi Kalinã, os quais Vidal (2016) afirma que migraram da Guiana Francesa no decorrer da década de 1950, ao contrário dos Karipuna, dos Palikur e Galibi Marworno que possuem uma presença na fronteira brasileira mais longínqua.

2.3 O PROTAGONISMO INDÍGENA NA LUTA PELA DEMARCAÇÃO DE SUAS TERRAS

Nesta perspectiva, Martins (2014) discute que essa construção da fronteira gera a degradação do outro, no sentido de formar conflitos étnicos, não somente, mas principalmente com populações indígenas que vivem nestas fronteiras, por séculos de invasões que os

¹³ Floresta Ombrófila: A palavra ombrófila tem origem grega e significa “amigo das chuvas”, o mesmo que pluvial de origem latina, e caracteriza uma formação vegetal cujo desenvolvimento depende de regime de águas pluviais abundantes e constantes. Fonte: SNIF - Sistema Nacional de Informações Florestais.

obrigaram a viver nestas regiões. Estes avanços a essas fronteiras físicas são fortalecidos por discursos do Estado, ao afirmarem que são regiões desprovidas de “gente” e que precisam ser ocupadas.

Nesse ínterim, as décadas de 1970 e 1980, no Brasil, apresentam essas características de expansão desses espaços: a ideia de ocupação, de integração dos povos indígenas e, inclusive, a recusa da demarcação de terras indígenas. Como mostra Baniwa (2007, p. 136), em uma nota do Cimi de 31 de outubro de 1986, era divulgado que o Conselho de Segurança Nacional - CSN, órgão ligado à Presidência da República na década de 1970¹⁴, não possuía a intenção de demarcar áreas indígenas que “estivessem em faixa de fronteira; áreas que fossem consideradas muito extensas; além de áreas que fossem próximas a cidades; áreas cortadas por estradas federais e áreas cortadas por rios”.

O autor destaca os pontos em que o próprio governo brasileiro justifica as condições da região, que, inclusive, compunham todas as características das terras indígenas no norte do Amapá. Seguindo essa perspectiva, na obra *Amazônia Indígena: Conquistas e Desafios*, Heck, Loebens e Carvalho (2005) exemplificam essas intenções e ações ao citar uma fala do brigadeiro Protássio Lopes, em 1979.

O militar afirmou que a Força Aérea Brasileira - FAB, tinha o propósito de “ajudar os missionários”, já que a intenção desses era o acultramento dos povos indígenas, sua catequização e evangelização, ou seja, com fins religiosos. Porém, do ponto de vista militar, essas ações tornariam os indígenas “seres humanos produtivos”. Além disso, fixá-los em suas terras e nas faixas de fronteira os tornaria “patriotas e, acima de tudo, símbolos da soberania naquelas áreas tão desconhecidas” (Heck; Loebens; Carvalho, 2005, p. 248).

Nesta perspectiva, ao analisar o discurso pregado pelo Regime Militar, percebe-se a intenção de colocar os povos indígenas, principalmente aqueles localizados em áreas de fronteira, como grupos a serem catequizados. Esse termo, utilizado pelos missionários jesuítas na América, define uma ideia de integração à cultura europeia e, ao mesmo tempo, expõe como o governo militar enxergava os povos indígenas. O discurso de tornar o indígena um patriota revela que ele não era visto como parte do país e, simultaneamente, era tratado como uma questão de segurança para as fronteiras brasileiras.

¹⁴ O Conselho de Segurança Nacional era tido como o órgão de mais alto nível na assessoria direta ao Presidente da República, para formulação e execução da política de segurança nacional, o qual foi decretado pela lei Nº 1.135, de 3 de dezembro de 1970. Em seu artigo 2º dizia que O Conselho de Segurança Nacional (CSN) é presidido pelo Presidente da República e dêle participam, no caráter de membros natos, o Vice-Presidente da República, todos os Ministros de Estado, inclusive os Extraordinários, os Chefes dos Gabinetes Civil e Militar da Presidência da República, o Chefe do Serviço Nacional de Informações, o Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas e os Chefes dos Estados-Maiores da Armada, do Exército e da Aeronáutica.

O protagonismo indígena passou a ganhar destaque principalmente a partir de 1970, dentro do contexto histórico já mencionado neste trabalho: a Ditadura Militar. É nesse cenário que Bicalho (2010) apresenta como o movimento indígena ganhou força e começou a se consolidar. Isso é essencial para compreender os meandros que não deram início, mas propiciaram a organização dos povos indígenas. Em um momento de pressão social e política, a autora destaca que esses povos trazem consigo a concepção de resistência e reconhecimento, como proposto por Axel Honneth (2003).

É necessário compreender que a atuação dos indígenas enquanto protagonistas ocorre pelo reconhecimento: reconhecimento de suas próprias lutas e de seu papel diante dos problemas enfrentados no Brasil desde a chegada dos colonizadores. Nessa perspectiva, os conceitos utilizados para a produção deste relatório técnico se alinham ao que Honneth (2003) expõe. O autor apresenta os meios pelos quais o indivíduo é reconhecido, que se estabelecem no amor, na esfera jurídico-moral, no respeito e na estima social. Assim, quando esses preceitos não estão presentes, ocorre o não reconhecimento do outro.

Nesse sentido, compreende-se que o não reconhecimento, em determinadas circunstâncias, atinge profundamente os povos indígenas no Brasil. A luta pelo reconhecimento passa pela constante afirmação de sua existência enquanto indivíduos que possuem direitos - direito à terra, à educação e à saúde, sempre dentro de suas perspectivas culturais. Com isso, os povos indígenas no Amapá (Oiapoque) projetam suas ideias, pensamentos, lutas, reivindicações e anseios por meio dos periódicos, buscando serem ouvidos.

Ao aprofundar as ideias apresentadas por Honneth, percebe-se que a violação aos três pilares do reconhecimento está atrelada ao desrespeito às populações indígenas. Primeiramente, ocorre a violação de seus corpos, por meio de maus-tratos e conflitos causados por fazendeiros e garimpeiros, o que leva à invasão de seus territórios e ameaça suas identidades. Essa situação reflete a ausência de reconhecimento recíproco, já que os invasores se veem no direito de usar essas terras como se nelas não houvesse ninguém. Em outras palavras, não reconhecem os indígenas como indivíduos dotados de direitos, amor e respeito.

Nesse sentido, fortalece-se o espírito de coletividade entre os diferentes grupos indígenas existentes no Brasil. Um exemplo disso são os povos indígenas do Oiapoque, que começaram a se organizar em assembleias. Essa ideia é corroborada por Silva (2017), que analisa a construção do movimento indígena e sua formação. Mesmo que heterogêneos, esses movimentos frequentemente se unificam em torno de pautas comuns e utilizam essa estratégia para enfrentar suas lutas e atuar diante dos agentes do Estado.

É nesse contexto que o crescimento do movimento indígena, a partir da década de 1970, ganha relevância. Segundo Baines (2014, p. 67), “a etnicidade destes povos vem se expressando a partir da mobilização política em organizações indígenas, além de sua participação nos partidos políticos das sociedades nacionais”. O autor também destaca a atuação desses grupos indígenas na região da fronteira por meio dessas organizações políticas, como as associações indígenas.

Nessa perspectiva, Soares (2012, p. 32) afirma que, apesar de ser uma experiência burocrática não indígena, “as associações indígenas são veículos usados para reclamar ao Estado seus direitos básicos, como educação, saúde e terra”. Essas experiências associativas tiveram e ainda têm grande expressão como forma de organização de luta em áreas de fronteira, como no alto Rio Negro, no Amazonas com a Venezuela, e em Roraima com a Guiana, além da representatividade construída na fronteira do Amapá. Com isso, este relatório técnico apresenta sua relevância, ao analisar historicamente as mudanças sociais com ênfase na luta por direitos na fronteira dos povos indígenas do Oiapoque

2.4 O USO DOS PERIÓDICOS COMO FERRAMENTA DE COMUNICAÇÃO DAS LUTAS INDÍGENAS

Neste trabalho, é apresentado as primeiras edições do periódico O Mensageiro. Essas edições foram selecionadas a partir do recorte definido nesta pesquisa, abrangendo desde 1976, ano de sua primeira edição. Esse período é fundamental para compreendermos não apenas o surgimento do periódico, mas também o contexto em que ela emerge.

Ao observarmos o periódico, percebemos que o contexto histórico está marcado pela Ditadura Civil-Militar no Brasil, já discutida anteriormente. No entanto, retorno a esse ponto para justificar essa delimitação temporal e, ao mesmo tempo, salientar a contribuição desta pesquisa para algumas lacunas da historiografia, especificamente no que diz respeito à temática indígena e sua conflituosa relação com a Ditadura Militar no Brasil da década de 1970.

Essa relação tem sido tema de pesquisa em diversos campos, como História e Ciência Política, entre outros. Nessa perspectiva, Vieira (2019) ilumina como a temática indígena no país, especialmente na Amazônia, relacionada ao contexto da Ditadura Militar, passou a ser abordada nesses estudos. Em seu trabalho, o autor afirma que essa interação é evidente na construção de rodovias, como a BR-174 em Roraima, processo que acelerou a migração interétnica e gerou conflitos com as populações indígenas na Amazônia.

Assim como Roraima, que até a Constituição de 1988 era um Território Federal, o estado do Amapá apresentou características similares. Tratando-se de territórios fronteiriços, havia grande interesse por parte do governo em promover a ocupação dessas áreas. Um exemplo disso no Amapá são as obras da BR-156, que seguiram essa ideia de progresso e expansão corroborada pelo regime. No artigo apresentado por Silva e Rocha (2019), observa-se como essa construção, associada à chegada do progresso e à expansão das áreas de fronteira, impactou as terras indígenas do Uaçá, habitadas pelos povos indígenas do Oiapoque, tornando-se também um palco de tensões.

A partir disso, percebe-se a estruturação do movimento indígena no Amapá, com as assembleias realizadas com o apoio da Igreja Católica, por meio do Cimi. Nesse contexto, é relevante ressaltar que, em todo o país, vivia-se a efervescência de diversos movimentos sociais, incluindo o movimento indígena. Isso ocorre em uma conjuntura de articulação dos povos indígenas pelo reconhecimento de seus direitos, identidade e, principalmente, pela demarcação de suas terras. Esses fatos são apresentados por Bastos, Brito e Garcia (2015, p. 159):

[...] as lideranças indígenas do Oiapoque e dos demais territórios indígenas do Brasil começaram a debater acerca do reconhecimento dos direitos territoriais dos povos indígenas como primeiros habitantes do Brasil, da demarcação e garantia da TI e do Usufruto exclusivo, pelos povos indígenas, das riquezas naturais existentes no solo e subsolo dos seus territórios.

Por conseguinte, esse contexto, no âmbito deste trabalho, culmina em 1992, com a homologação da TI Juminã. Além disso, será destacada neste projeto a análise de como se dão os movimentos dos grupos indígenas para alcançar esse resultado, com foco na divulgação proposta pelos periódicos.

Garcia e Bastos (2013) apresentam, no texto *Política indigenista e representações sociais dos povos indígenas do Oiapoque na fronteira do Amapá*, a importância de compreender as representações sociais construídas pelos indígenas do Oiapoque. As autoras também apontam como o sentido de fronteira foi historicamente construído, o que é fundamental para compreender os movimentos indígenas e sua organização em defesa de sua terra, pelo direito de preservação de seus ambientes, pela perpetuação de sua cultura, de seus modos de vida e de seus lugares sagrados.

Com isso, percebe-se como esse espaço fronteiriço apresenta características próprias do ponto de vista da história dos povos indígenas. Ao mesmo tempo, verifica-se a escassez de análises relacionadas à temática específica da organização política desses povos na região do Amapá.

A história das populações indígenas no Oiapoque apresenta processos de lutas que fazem parte não só de um contexto local, mas também nacional e internacional. Como parte desse processo, esses grupos encontram na mídia impressa uma maneira de expor seus anseios e mostrar para as demais regiões do país e do mundo como e o que estava ocorrendo em seus territórios. Com isso, passam a utilizar os periódicos em seu favor, visando publicitar o que comumente não é posto ou veiculado pela chamada grande mídia e, conseqüentemente, não dá voz ou vez para que se expressem.

Nesse contexto, os povos indígenas passam a se articular e constroem O Mensageiro, além de utilizarem O Porantim, os quais estão aqui destacados para que haja a compreensão de que serviram para dar visibilidade aos seus processos de lutas, principalmente a demarcação de suas terras, além de servirem de meio de comunicação entre outros grupos indígenas em outras regiões do país.

Nesse ínterim, os jornais possibilitam o entendimento de ações desenvolvidas em determinados períodos, que devem ser analisadas de acordo com o contexto de quem escreve e para quem escreve. Ao mesmo tempo, eles demonstram a organização política dos indígenas na luta pela garantia de seus direitos legais.

Nesse sentido, além de evidenciarmos a dimensão e a importância dos meios de comunicação, é necessário compreender que estes influenciam valores, práticas e pensamentos, principalmente ao formar opinião. Ao desempenhar esse papel, a mídia alternativa, especialmente os jornais, demonstra ser uma importante fonte para a escrita da história. O jornal, de maneira geral, já vem sendo amplamente utilizado pelos historiadores, como aponta De Luca (2012) ao discutir o uso de fontes a partir do século XIX.

Por meio da leitura bibliográfica pautada na historiografia, percebe-se que a imprensa - ou melhor, os periódicos, jornais e revistas - passou a integrar a pesquisa histórica, não apenas como fonte, mas também como objeto de estudo. Um exemplo disso é o trabalho de Maria Helena Capelato (2015), que coloca os periódicos como centro de sua pesquisa.

Assim como Capelato (2015), outros historiadores utilizam jornais como base para suas investigações. Toledo e Júnior (2012) registram que, a partir das décadas de 1970 e 1980, o uso de periódicos ganhou relevância na pesquisa histórica devido à mudança de perspectiva sobre esses objetos, impulsionada pela chamada Nova História.

Nessa perspectiva, as pesquisas que utilizam jornais têm se fortalecido, com práticas metodológicas bem estabelecidas. Capelato (2015) apresenta um exemplo dessas práticas ao propor uma pesquisa interna, que pressupõe “a compreensão do conteúdo (textos opinativos e informações) e da forma (diagramação, imagens, anúncios)”, seguida por uma pesquisa externa

sobre o jornal. Dessa forma, o trabalho de análise das fontes passa por um processo de leitura aprofundada, no qual se busca compreender os objetivos dos enunciados em cada documento, suas estruturas e as ideias transmitidas.

Com isso, é importante ressaltar que a leitura e análise desses periódicos não foram realizadas em sua totalidade. Em relação ao *O Mensageiro*, são observadas 79 edições dentro do recorte temporal previamente estabelecido. Para essa análise, utilizou-se o mecanismo de busca da Hemeroteca, empregando as seguintes palavras-chave: Galibi, Karipuna, Palikur e Oiapoque. Esse refinamento resultou em 62 menções específicas ao município de Oiapoque, 80 relacionadas aos Galibi, 115 aos Karipuna do Amapá e 80 aos Palikur.

Ademais, ao realizar a pesquisa com *O Porantim*, identificamos 51 menções aos Galibi, 60 aos Karipuna e 41 aos Palikur. Essa pesquisa inicial forneceu parâmetros para a organização do trabalho em relação ao uso dos periódicos. Assim, nesta pesquisa, considerando que *O Porantim* apresenta números menores em comparação ao proposto, ele servirá como uma comparação para corroborar o contexto das lutas dos grupos indígenas do Oiapoque na Amazônia.

Por conseguinte, é necessário compreender a relevância do uso desses periódicos, os quais não serão observados de forma empírica, mas, sim, “sendo o seu conteúdo a fonte principal deste estudo” (Manfroí, 2008). Além disso, segundo a autora (2008, p. 13 *apud* Capelato, 1988), é possível entender o trabalho de pesquisa com base no pressuposto de que “através das análises do conteúdo dos jornais, pode-se acompanhar o dia a dia das sociedades através do tempo. O papel da imprensa é o de registrar, comentar e participar da história”.

Entretanto, é importante ressaltar que grupos considerados minorias no Brasil, como os povos indígenas, nem sempre tiveram acesso a esses meios de comunicação. Por conta disso, buscaram alternativas para veicular, dar notoriedade e informar sobre suas ações e visões. Nesse contexto, por não se encaixarem como parte de uma mídia nacional, fortaleceu-se na década de 1980 o que Edson Silva (1992) denomina de imprensa alternativa, a qual foi fundamental para divulgar as ideias de sindicatos e movimentos sociais, incluindo o movimento indígena.

Por meio do uso de periódicos, que constituem uma ferramenta de comunicação e notícia, será realizada uma análise de conteúdo das informações veiculadas sobre os povos indígenas do Oiapoque e suas ações políticas frente aos governos do Amapá e do Brasil.

Os jornais, folhetins, boletins, revistas, entre outros tipos de informativos, foram e ainda continuam sendo um importante meio de comunicação não somente no Brasil, mas em todo o mundo. Em diversos aspectos, eles desempenham funções comunicativas, de informação, transmissão de mensagens ou mesmo entretenimento. Nesse sentido, os movimentos sociais se

apropriaram do poder desses informativos, como foi o caso das populações indígenas no Brasil, ação que se destacou na década de 1970.

2.4.1 O Mensageiro

O Mensageiro, segundo o site do Cimi, inicia-se apenas como um instrumento informativo entre os povos indígenas do Brasil. Com o fortalecimento dos movimentos sociais indígenas, percebe-se um crescimento na integração desses movimentos, que, em muitos casos, se encontravam isolados pela falta de uma comunicação que pudesse alcançar efetivamente os demais grupos indígenas.

Nessa perspectiva, é importante compreender que os movimentos sociais indígenas passam a se organizar de maneira sistemática, com o intuito de lutarem pela sua cultura, pelo seu povo, pelo seu espaço, pela sua terra e, conseqüentemente, pela sua identidade, que está atrelada ao seu modo de viver e ao espaço no qual constroem sua relação identitária.

Nesse sentido, o ponto que une os povos indígenas nesse período é a luta pela demarcação de suas terras. “E a dificuldade para esta articulação ou mesmo para se obter notícias era a falta de informações sobre a situação de outros povos indígenas” (CIMI, 2019, s/n). Assim, conforme afirma o Cimi em uma reunião de caciques Tuxauas¹⁵ realizada em 1979, na cidade de Abaetetuba, no estado do Pará, foi criado um boletim, O Mensageiro. Como o próprio nome demonstra, a ideia era levar a mensagem de como os povos indígenas estavam atuando e quais lutas estavam enfrentando. Posteriormente, o boletim tornou-se um jornal de maior circulação.

Com o tempo, o jornal ganhou maior visibilidade e importância nacional até se transformar em uma revista, na qual, “além das notícias e mensagens dos parentes, traz informações e análises de temas relacionados ao mundo indígena; em grande parte, as matérias são escritas por índios” (O Mensageiro, 2019). Cada edição traz matérias que procuram fundamentar debates nas comunidades sobre educação, saúde, terra, meio ambiente, política, espiritualidade e outras questões consideradas importantes.

A revista é caracterizada como um mutirão e partilha com os povos indígenas do Oiapoque e de demais regiões. Inicialmente, teve como primeiro editor o senhor Gérard Lod, da etnia Galibi-Kalinã, e como repórter Álvaro Karipuna. A linguagem simples,

¹⁵ Conforme dicionário Tupi-Guarani: Cacique.

complementada por fotos e ilustrações, tornou-se a marca dessa revista, que já faz parte da história das lutas indígenas no Brasil.

Nas edições iniciais, o periódico *O Mensageiro* não possuía uma regularidade em sua publicação, pois esta dependia das mensagens e informações enviadas pelos leitores. Sua primeira edição traz a descrição da “Terceira Assembleia do Cimi - Regional Norte II - 24 a 29 de abril de 1979”, apresentando uma capa com uma pomba branca segurando um galho e um título incompleto devido ao desgaste do tempo: “Kalinãn [...]”.

Em seu editorial, *O Mensageiro* apresentava o objetivo de ser um meio de comunicação, uma mensagem para os demais povos indígenas, objetivo que se manteve até as últimas edições, em 2015. As mensagens e fotos deveriam ser encaminhadas a Geraldo Lod (editor), da etnia Galibi, no endereço São José do Oiapoque, Amapá - Brasil. Como o periódico foi produzido com o apoio do Cimi, a parte mecânica e a distribuição ficaram sob sua responsabilidade.

O Mensageiro quase sempre trouxe em suas páginas reivindicações relacionadas à demarcação de terras, destacando-se os seguintes temas: problemática da terra, situação da terra, mapas da terra, sensibilização do índio quanto à sua situação, seu papel e suas lutas constantes pela demarcação de seus territórios.

Outro ponto que chama a atenção é o fato de que as pautas de *O Mensageiro* não se restringiam aos povos indígenas do Oiapoque, mas permaneciam abertas ao diálogo com todos os povos indígenas do Brasil que desejassem expor seus anseios e lutas. A revista *O Mensageiro* não foi a única ferramenta utilizada pelos povos indígenas para externar suas lutas e reivindicações. Outro periódico que se destaca nesse contexto é *O Porantim*, que também faz parte das fontes utilizadas nesta pesquisa.

2.4.2 O Porantim

O periódico “*O Porantim* é o jornal impresso do CIMI criado em 1979, ainda em meio à Ditadura Militar. Na língua de nação indígena Sataré-Mawé”, “*Porantim*” significa remo, arma, memória. Essas informações, disponíveis no site do Cimi, oferecem uma pequena noção do contexto em que o jornal foi construído. Assim como *O Mensageiro*, criado em 1974, *O Porantim* também surgiu com o objetivo de evidenciar as lutas e ações das populações indígenas, ao mesmo tempo em que se nota uma ligação entre a atuação da Igreja Missionária Católica e a organização desses povos indígenas, principalmente na região Norte.

Segundo Vieira (2000), a criação do jornal *O Porantim* teve início em 1978, na cidade de Manaus, no estado do Amazonas, durante um curso de indigenismo. Entre seus objetivos

estava a necessidade de aumentar a atuação dos missionários na região. Assim, foi aprovada a criação de um boletim para manter informações não somente sobre os indígenas, mas também para informar os próprios missionários. Nesse sentido, Vieira (2000, p. 34) destaca que o jornal:

Busca mostrar que seu objetivo é ser a ponte entre índios e missionários, tendo em vista denunciar, criticar, mas também contribuir na formação desses missionários, oferecendo-lhes condições de entender a realidade que os cerca e respaldo para defender as necessidades dos povos indígenas.

Nessa perspectiva, o jornal descrito pela autora possui uma forte presença religiosa e uma atuação marcante no movimento indígena. Em suas ainda poucas páginas, o periódico sempre trouxe folhetins com informações sobre as ações indígenas, como, por exemplo, o discurso de Mário Juruna na assembleia dos chefes dos povos indígenas. Esse jornal continua em produção e está atualmente em sua 469ª edição, disponível online no site do Cimi.

Em suas edições iniciais, os redatores incluíam Ademir Ramos, Antônio José Costa, Herbert Braga, Magaly Costa, Paulo Suess, Ricardo Parente, Mário Adolfo e Nestor Nascimento, enquanto o redator-chefe era José Ribamar Bessa. Para a produção das matérias, o jornal contava com correspondentes como o padre Nello Rufaldi, que atuava nos estados do Amapá e Pará; Salvador Valadares, atuante nos estados do Acre e Rondônia; Carlos Ubiali e Odilo Erhart, no Maranhão; Luciano Stefanini, em Roraima; e Egon Dionísio e Edigio Schawde, que trabalhavam como itinerantes.

O periódico foi construído com a colaboração de missionários e indígenas, que o utilizavam como uma forma de expor suas lutas e reivindicações. Em conclusão, esses jornais apresentam informações relevantes para compreendermos sua formação dentro de um contexto histórico brasileiro. Não apenas pela história da Ditadura Militar, mas, principalmente, pelo foco deste trabalho: apresentar os povos indígenas na fronteira amazônica, na região Norte, no estado do Amapá, especificamente na cidade de Oiapoque.

A década de 1970, sem sombra de dúvidas, é um marco na história do Brasil pelas mudanças significativas ocasionadas pelo adensamento do aparato repressivo, com o cerceamento das liberdades políticas e civis dos cidadãos e cidadãs do país durante a Ditadura Militar iniciada em 1964. Esse contexto é fundamental para compreender o surgimento de uma revista e de um jornal importantes para a pesquisa em questão: O Mensageiro e O Porantim.

Em suma, neste relatório, observa-se a construção de um processo histórico que perpassa pelo contato entre diferentes grupos. Os europeus, que incluem franceses, holandeses, ingleses e portugueses e os povos indígenas, não exclusivamente, mas dentro do relatório destacando-se os Galibi Marworno, Galibi Kalinã, Karipunas e Palikur. Este contato gera

trocas, gera transformações sociais, espaciais e culturais, em que há um processo de absorção, hora como forma de resistência, como apontado por Bruno Nascimento e Giovani José da Silva (2019), hora como imposição do processo colonizador e de ocupação da fronteira amazônica.

Assim, esta ocupação da fronteira se dá pela posição do Estado em definir os limites territoriais, como demonstrado por Martins (2014). Entretanto, sem levar em consideração a posição destes povos que constituem seus espaços de forma diferente das impostas pelo não indígena, o que interfere diretamente nas suas sociabilidades e modo de viver. Com isso, ocasiona-se uma série de tensões que vão desde o período colonial (1500-1822) até a demarcação de suas terras na década de 1990.

O processo de lutas dos povos indígenas na fronteira do Oiapoque não pode ser entendido como um ato passivo ou pacífico. Chega-se à conclusão de que o processo é conflituoso, com a diminuição da população indígena, com doenças, ataques e ocupações de seus territórios, mas também negociando a sua sobrevivência com o mundo religioso católico e com o Estado. Por isso, no tempo recente, a importância dos periódicos, para dar visibilidade na busca por ampliação dos debates, das reivindicações pela demarcação de seus territórios, para se alcançar outras comunidades indígenas em outros espaços do país e que conseqüentemente resultou na demarcação da TI Uaçá, Juminã e Galibi.

SEÇÃO III – PRODUTO FINAL: UMA PROPOSTA DE SEQUÊNCIA DIDÁTICA

Os Mestrados Profissionais constituídos no Brasil apresentam objetivos próprios estabelecidos pela CAPES, o que é regulamentado pela Portaria MEC N° 389, de 23 de março de 2017 e pela Portaria CAPES N° 131, de 28 de junho de 2017. Nesse sentido, atendendo a estes objetivos, a exemplo do que está estabelecido no Art2º - II: “transferir conhecimento para a sociedade de forma a atender às demandas sociais e econômicas, com vistas ao desenvolvimento nacional, regional e local”; este Relatório se propõe a apresentar uma proposta de Sequência Didática, aqui também abreviada em SD, voltada para a temática apresentada.

Nessa perspectiva, o documento de área 39 Ciência Política e Relações Internacionais, ao qual o PPGEF se enquadra, dispõe sobre a interdisciplinaridade na área e alinha a possibilidade com outras áreas: “Podemos dividir a Área de CP&RI em quatro subáreas com especialidades definidas: Ciência Política, Relações Internacionais, Políticas Públicas e Estudos de Defesa/Estudos Estratégicos”. Assim sendo, este relatório técnico encontra aderência com a especialidade de Políticas Públicas.

Eduardo Melazzo (2010, p. 11) afirma que a concepção de Políticas Públicas apresenta uma abrangência conceitual e “que pode ser compreendido enquanto ciência dos fenômenos referentes ao Estado ou ao Governo”. Assim, é importante destacar que este Relatório entende este conceito como uma ação governamental, voltada para atender a uma demanda social, por vezes travadas em campos de lutas, buscando constituir direitos, ao mesmo tempo compreendendo que a aplicação das políticas públicas não é simplesmente dada como uma benevolência estatal.

Outrossim, Celina Souza (2006), apresenta uma profusão de literaturas que debatem Políticas Públicas. A autora afirma que devido este campo do conhecimento ser utilizado por diversas áreas acaba por entranhar nas mais diversas esferas. Porém, é possível compreender em síntese que as Políticas Públicas visam apresentar uma prática que pode se consolidar por parte do Estado ou mesmo se apresenta como uma materialização de programas políticos. Com isso, Celina Souza (2006, p. 26) afirma que:

Pode-se, então, resumir política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real.

Por conseguinte, se tem por premissa a BNCC como política pública brasileira que define os parâmetros relativos ao conhecimento, as competências e as habilidades a serem formadas nos estudantes. Esta concepção se apoia na afirmação de Débora Arnhold e Rosemari Martins (2021, p. 122), que “pode-se destacar que a BNCC vem sendo vislumbrada há muito tempo por políticas públicas de Estado e que ela surgiu para modificar o cenário político educacional”. Além disso, os autores asseguram que:

A Base Nacional Comum Curricular é uma política pública educacional orientadora aprovada em 2018, após três atualizações. Seu processo de construção ocorreu de forma democrática, uma vez que contou com pais, alunos, professores, especialistas e sociedade em geral em sua elaboração. A fim de revolucionar o campo escolar, a BNCC surgiu como estratégia para organizar o trabalho pedagógico nacional e assegurar o direito que todos têm a uma educação de qualidade (BNCC, 2021, p. 123).

Portanto, trazer, nesta seção, uma proposta de material didático busca cumprir, tanto com o que prevê o documento da área 39 no item 2.10, referente as medidas de indução de interação com a educação básica ou outros setores da sociedade:

A interação da pós-graduação na Área CP&RI com a formação básica representa um desafio continuado e se constitui em uma das medidas de inserção social dos PPG. Essa interação cresce de importância em função das desigualdades sociais e das deficiências do sistema educacional no que tange ao ensino básico. Tal condição cria uma demanda aos PPG da Área no sentido de gerar formas de impacto positivo que contribuam de alguma forma para a formação básica e para o cenário educacional como um todo, a partir de projetos e iniciativas variados (Brasil, 2019, p. 16).

Quanto ao que prescreve a BNCC sobre a valorização de diferentes culturas, povos e etnias em sua proposta diversidade cultural e étnica. Tendo isso como horizonte, este trabalho se propôs a apresentar um material didático. Se trata de uma sequência didática que terá como temática os povos indígenas do Oiapoque. Também se considera na elaboração da proposta de material didático a Lei nº 11.645 de 10 de março de 2008¹⁶ e o Referencial Curricular Amapaense (2019), especificamente se tratando da área de História.

É importante ressaltar que não é a proposta deste trabalho realizar uma discussão acerca destes documentos, mas apenas apresentar as diretrizes seguidas e como elas estão relacionadas a este relatório. Primeiramente, a Lei 11.645 de 2008 estabelece que:

Art. 1º O art. 26-A da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação: “Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena. § 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história

¹⁶ Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.

da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil. § 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras (Brasil, 2008, s/n).

A Lei 11.645 de 2008 também faz parte de um contexto de lutas estabelecidas por grupos considerados minoritários que, no decorrer da História, foram marginalizados, principalmente quando se trata do ponto de vista da educação. Isto é notório ao se observar os conteúdos debatidos em sala de aula e que pela própria História não fazem parte dos principais temas estudados no decorrer da educação básica.

Com isso, acabam por figurar como anexos, como páginas únicas ou apresentados e lembrados em datas comemorativas referentes ao tema. Nessa perspectiva, Fonseca et al. (2023, p.14) discorrem sobre a importância da implementação da lei e afirma que “a Lei 11.645/08 foi aprovada para ensinar quais as contribuições dos negros e indígenas ao longo da história do Brasil como país”.

Por conseguinte, a BNCC serve como um documento norteador, um referencial para a educação brasileira. Construída para dar esta base aos estados e municípios da federação brasileira. A BNCC se organiza em unidades temáticas, nas quais são estabelecidos os objetos de conhecimento, bem como as competências e habilidades a serem seguidas e formadas com o estudante, a exemplo disso destaca-se que:

A sistematização dos eventos é consoante com as noções de tempo (medida e datação) e de espaço (concebido como lugar produzido pelo ser humano em sua relação com a natureza). Os eventos selecionados permitem a constituição de uma visão global da história, palco das relações entre o Brasil, a Europa, o restante da América, a África e a Ásia ao longo dos séculos. A valorização da história da África e das culturas afro-brasileira e indígena (Lei nº 10.639/200349 e Lei nº 11.645/200850) ganha realce não apenas em razão do tema da escravidão, mas, especialmente, por se levar em conta a história e os saberes produzidos por essas populações ao longo de sua duração. Ao mesmo tempo, são objetos de conhecimento os processos de inclusão/exclusão dessas populações nas recém-formadas nações do Brasil e da América ao longo dos séculos XIX e XX (BNCC, 2017, p. 416, 417).

Ao analisar o que dispõe a BNCC, percebe-se que o documento também leva em conta o estabelecimento da Lei 11.645 de 2008, mais uma vez destacando a importância e a relevância do tema para a educação básica.

Além disso, o documento trata ao longo dos Anos Finais, aqui especificados do 6º ao 9º ano, sobre a temática indígena. No 6º ano a BNCC (2017, p. 420) aponta em sua unidade temática “a invenção do mundo clássico e o contraponto com outras sociedades” o objeto de

conhecimento “os povos indígenas originários do atual território brasileiro e seus hábitos culturais e sociais” (BNCC, 2017, p. 421), além de indicar a habilidade a ser desenvolvida pelo estudante, afirmando que o mesmo deve “identificar os espaços territoriais ocupados e os aportes culturais, científicos, sociais e econômicos dos astecas, maias e incas e dos povos indígenas de diversas regiões brasileiras” (BNCC, 2017, p. 421).

Já no 7º ano, o documento aponta para a compreensão da organização do poder e as dinâmicas do mundo colonial americano, tendo como objetos de conhecimento “a conquista da América e as formas de organização política dos indígenas e europeus: conflitos, dominação e conciliação” (BNCC, 2017, p. 422), onde o estudante precisará construir a habilidade de “Analisar os diferentes impactos da conquista europeia da América para as populações ameríndias e identificar as formas de resistência” (BNCC, 2017, p. 423).

No 8º ano, a BNCC apresenta a unidade temática sobre os processos de independência nas Américas, no qual o objeto de conhecimento é “a tutela da população indígena, a escravidão dos negros e a tutela dos egressos da escravidão” (BNCC, 2017, p. 424). Com isso, o estudante precisa constituir a habilidade de “discutir a noção da tutela dos grupos indígenas e a participação dos negros na sociedade brasileira do final do período colonial [...]” (BNCC, 2017, p. 425).

Por último, o 9º ano do ensino fundamental anos finais, o documento propõe na unidade temática o nascimento da República no Brasil e os processos históricos até a metade do século XX o objeto de conhecimento A questão indígena durante a República (até 1964) e as questões indígena e negra e a ditadura, sendo o com maior menção a temática. Ainda, ele traz as habilidades necessárias para os estudantes adquirirem:

(EF09HI07) Identificar e explicar, em meio a lógicas de inclusão e exclusão, as pautas dos povos indígenas, no contexto republicano (até 1964), e das populações afrodescendentes. (EF09HI21) Identificar e relacionar as demandas indígenas e quilombolas como forma de contestação ao modelo desenvolvimentista da ditadura (BNCC, 2017, p. 429 - 431).

O Referencial Curricular Amapaense também segue as diretrizes da BNCC, em muitos aspectos se assemelhando ao que o documento propõe. Contudo é importante ressaltar que a proposta da BNCC é de apresentar 60% do currículo e os demais 40% são de ordem regional e local. Assim sendo, o RCA-EF apresenta o que deve ser seguido pelas escolas no Estado do Amapá.

É nesse sentido que, no objeto de conhecimento do 6º ano do ensino fundamental anos finais de História, o documento os povos indígenas originários do atual território brasileiro e seus hábitos culturais e sociais, tendo como construção de habilidade específica do estudante

amapaense “Identificar os espaços ocupados, no Estado do Amapá, por povos indígenas” (RCA-EF, 2019, p. 285). Outro ponto em que se identifica a presença da temática indígena está no 9º do RCA-EF, no qual solicita que o deve-se “Identificar os povos indígenas no Amapá” (RCA-EF, 2019, p. 285). Logo, percebe-se que a proposta de Sequência Didática é relevante para a educação básica amapaense, bem como foi construído pela professora, no Mestrado Profissional em História, Ocilene Cantídio (2022). A autora, que serve de inspiração para esta proposta, já atestou os benefícios constituídos com este material para os professores da educação básica. Além disso, a autora diferentemente deste relatório, elaborou um trabalho sobre as mulheres na história, mais um tema norteado pela BNCC e pelo RCA-EF.

Ademais, a SD perpassa por aulas planejadas, material norteador do professor, com cada etapa pré-elaborada, pensada, condizente ainda com o que o aluno traz de conhecimento de mundo, aplicando a realidade dele, facilitando o ensino e aprendizagem. Além disso, de acordo com Ocilene Cantidio (2022):

A proposta das sequências didáticas privilegia a participação crítica e o diálogo, bem como compreende os conhecimentos formais e não formais como articulados e em permanente construção. Daí a opção pelo uso das sequências didáticas, sempre enriquecido com textos de jornais, revistas, poemas, fotografias, imagens, letras de músicas, vídeos, cordel, mapas, entrevistas, atividades externas, desenhos, notícias, eventos da comunidade, pesquisas em livros e na internet, trabalho com gráficos e tabelas, entre outras atividades.

Por conseguinte, é necessário compreender o que é uma sequência didática. É nesta perspectiva que Zabala (1998, p. 18) nos ilumina ao definir como “um conjunto de atividades ordenadas, estruturadas e articuladas para a realização de certos objetivos educacionais, que têm um princípio e um fim conhecidos tanto pelos professores como pelos alunos”. Ou seja, a SD se propõe como um recurso didático capaz de sequenciar as atividades elaboradas pelo discente, ajudando-o no processo de organização, de encaminhamento e temporização em sala de aula.

Segundo Maria Souza (2013), esta não é uma ferramenta nova, sendo apresentada desde a década de 1980, ela vem sendo amplamente utilizada por diversas áreas do conhecimento, advinda de um processo de sequencias de experimentos. Nesse sentido, Artigue (1996 *apud* Pais, 2001, p. 157) assim a define:

Sequência Didática é um conjunto de aulas planejadas e analisadas previamente com a finalidade de observar situações de aprendizagem, envolvendo os conceitos previstos na pesquisa didática [...] tal como acontece na execução de todo projeto, é preciso estar atento durante as sessões ao maior número de informações que podem contribuir no desvelamento do fenômeno investigado.

Com isso, percebe-se como a Sequência Didática pode ser estabelecida pelo docente. Maria Souza (2013) ainda afirma que dentro desta definição apresenta-se objetivos a serem estabelecidos como: Desenvolver pesquisas - Organizar e orientar produções voltadas para o ensino.

Faria e Santos (2020), demonstram como material, a Sequência Didática, em um Mestrado Profissional e apresentam as vantagens deste como aquisição de novos conhecimentos, ampliação de repertório; previsão de materiais e de novas possibilidades de materiais. Além disso, para sua elaboração é necessário a verificação do alcance do objetivo de aprendizagem, entender as dúvidas e demandas dos alunos, utilização de recursos e conteúdos interativos, diversificar recursos.

Por fim, compreender a Sequência Didática nos possibilita organizar um material fácil e apropriado aos professores para que possam constituir suas aulas. Isto visa atender a uma demanda sentidas pelos docentes das escolas do Estado do Amapá que é a dificuldade em se acessar materiais voltados para a realidade local, ainda mais quando se trata do ensino da História da região e de seus habitantes, os quais dificilmente são vistos em livros didáticos dominado por um mercado que não privilegia a Amazônia.

3.1 SEQUÊNCIA DIDÁTICA – IDENTIFICANDO OS POVOS INDÍGENAS NO OIAPOQUE

Ao entendermos o que é uma SD, neste trabalho, a seguir, apresento duas propostas sendo primeiramente ao 6º ano do ensino fundamental dos anos finais. Neste segmento é importante o professor se atentar a idade que geralmente compreende entre 11 e 12 anos¹⁷, para que possa adequar a unidade temática, os objetos de conhecimento, os conceitos e assim construir as habilidades necessárias para a faixa etária e para o ano letivo.

Seguindo o referencial curricular amapaense pelo componente curricular de História, nesta sequência didática busca-se atender a identificação dos espaços ocupados pelos povos indígenas no Estado do Amapá, adaptando o material para compreensão dos povos indígenas do Oiapoque e entendendo que não apenas estes grupos existentes no Estado.

¹⁷ Sobre a série 6º Ano - Ensino Fundamental II: Recomendado para crianças de 11 anos, o 6º ano do Ensino Fundamental II ainda pode ser encarado como uma fase transitória. O aluno, que antes tinha sua aula dividida por meio de eixos - na maioria dos casos aula com poucos professores - passa a estudar com disciplinas mais específicas e maior variedade de professores. É no sexto ano também que a criança passa a desenvolver maior autonomia, aprendendo a lidar muitas vezes sozinhas com as atividades propostas.

Quadro 2: Sequência Didática

Unidade Temática: A Invenção do mundo clássico e o contraponto com outras sociedades.
Objeto do conhecimento: Os povos indígenas originários do atual território brasileiro e seus hábitos culturais e sociais.
Público-alvo: Alunos do 6ª ano do ensino fundamental – Anos Finais.
Módulos: 6 aulas de 50’
Objetivo Geral: Reconhecer a presença dos povos Indígenas no Estado do Amapá.
Objetivo Específico: <ul style="list-style-type: none"> ● Reconhecer a presença dos povos indígenas no município do Oiapoque; ● Refletir sobre a particularidade dos povos indígenas na fronteira do Oiapoque-AP.
Competência da BNCC: <ul style="list-style-type: none"> ● Analisar e compreender o movimento de populações e mercadorias no tempo e no espaço e seus significados históricos, levando em conta o respeito e a solidariedade com as diferentes populações.
Habilidades: <ul style="list-style-type: none"> ● Identificar os espaços ocupados, no Estado do Amapá, por povos indígenas.
Desenvolvimento: <ul style="list-style-type: none"> ● Aprofundamento conceitual (2 aulas): Exige contextualizar ao aluno como se deu a presença das populações indígenas na Amazônia como um todo. Compreender quem são estas populações indígenas e suas relações com os não indígenas; tal contextualização deverá ser feita pelo professor com o suporte do vídeo “Os Indígenas – Raízes do Brasil”, obra realizada com o patrocínio do Município e Fundação Cultural de Joinville por meio do Sistema Municipal de Desenvolvimento pela Cultura e disponível no YouTube. (Link: https://www.youtube.com/watch?v=cQkA5PDow2s.) ● Proposta de investigação: Visita ao Museu Kuahi dos Povos Indígenas do Oiapoque a qual deverá ser agendada de acordo com a disponibilidade do local e da escola. Anteriormente a visita, solicitar aos alunos que se organizem em duplas para preparar uma ficha informativa com modelo proposto pelo professor. Nesta ficha contém: I – Descrição da visita; II – Pontos de maior interesse e fotografias. ● Análise dos dados (2 aulas): O professor deverá solicitar que se reúnam e analisem os resultados utilizando as suas fichas, os critérios de classificação, as fotografias ou outros considerados pertinentes para a atividade. O professor deverá aproveitar o

resultado da atividade e iniciar uma roda de conversa para mobilizar sobre novas discussões como por exemplo: sobre o que chamou a atenção do aluno, o que ele teve de percepção do espaço visitado, se ele identificou o espaço como sendo indígena ou não indígena, havia indígenas atuando no museu, quais povos indígenas estavam lá representados etc.

- **Ações e propostas de atividades** (2 aulas). Solicitar a organização e a impressão das fotografias retiradas no Museu. Com os alunos, trabalhando em equipe construir uma representação do mapa do Amapá em tamanho A0, pintar, colorir os municípios e realizar a colagem das fotografias sobre o mapa, montando assim um painel e identificando os povos indígenas em seus espaços demarcados.

Avaliação: Será feita durante todo processo de desenvolvimento do tema, através de registros, observação da participação, e as produções finais de cada módulo.

3.2 SEQUÊNCIA DIDÁTICA – POVOS INDÍGENAS DO AMAPÁ: PUBLICIZANDO SUAS LUTAS

Nesta sequência, abordo a temática dos povos indígenas do Oiapoque no 8º ano do ensino fundamental, anos finais. Mais uma vez buscando atender as diretrizes da BNCC, o estudante deve construir habilidades e competências. Assim, se tratando da habilidade de identificação das ações políticas do Estado frente as populações indígenas no Brasil Império, esta sequência didática traça um paralelo a respeito das lutas e reivindicações que os povos indígenas trazem que é a questão da terra.

É nesse sentido, em que o estudante ao compreender a construção da lei de terras de 1850 deve associar as rupturas e permanências que esta legislação causou aos povos indígenas. Logo, esta sequência se insere na unidade temática do Brasil do século XIX, com o objeto de conhecimento sobre as políticas de extermínio do indígena durante o Império.

Quadro 3: Sequência Didática

Unidade Temática: O Brasil no século XIX.
Objeto do conhecimento: Políticas de extermínio do indígena durante o Império.
Público-alvo: Alunos do 8ª ano do ensino fundamental – Anos Finais.
Módulos: 8 aulas de 50'
Objetivo Geral: Relacionar a política de terras de 1850 com a dificuldade de acesso à terra pelos povos indígenas na história recente.

Objetivo Específico:

- Associar as políticas oficiais com relação aos indígenas no Império e no Amapá do séc. XX;
- Analisar notícias do jornal O Mensageiro para identificar reivindicações dos povos indígenas do Oiapoque.

Competência da BNCC:

- Compreender acontecimentos históricos, relações de poder e processos e mecanismos de transformação e manutenção das estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais ao longo do tempo e em diferentes espaços para analisar, posicionar-se e intervir no mundo contemporâneo.

Habilidades:

- Identificar e analisar as ações construídas pelos povos indígenas do Oiapoque por meio de jornais.

Desenvolvimento:

- **Aprofundamento conceitual (2 aulas):** É necessário a contextualização do assunto por parte do professor. Primeiramente o professor deve realizar uma sondagem com os estudantes para verificarem o que conhecem a respeito do tema sobre as lutas e as reivindicações das populações indígenas no decorrer da História do Brasil Império. Posteriormente o professor devesa exibir em um projetor ou imprimir um trecho da Lei de terras de 1850, analisando com os alunos o que estava determinado e como isso afeta aos indígenas. O professor deverá estimular os estudantes e ouvi-los permitindo ao aluno refletir sem dar-lhe respostas prontas. Em duplas os estudantes deverão anotar suas considerações e opiniões no caderno.
- **Proposta de investigação (2 aulas):** Os estudantes serão levados ao laboratório de informática, onde os alunos irão acessar a hemeroteca sobre os jornais O Mensageiro, no qual o professor devesa guiar os alunos com palavras chaves sobre “Oiapoque”, nomes específicos dos povos indígenas do Oiapoque”, “terras”. Caso não haja laboratório o professor poderá previamente trazer reportagens impressas para os alunos. Em seguida, os estudantes selecionarão as matérias que lhes chamaram atenção, farão a leitura e análise das reportagens que eles escolheram.
- **Análise dos dados e propostas de atividades (2 aulas):** O professor irá solicitar aos alunos para formarem duplas ou trios. Com isso, os estudantes deverão unificar suas informações, o que cada um retirou de informação da matéria selecionada, irão

debater e escrever a sua própria matéria sobre o que eles retiraram de pertinente. No decorrer da escrita, o professor deverá passar pelos grupos para auxiliar os estudantes, ajudando-os a organizar as ideias e a formatação do trabalho, o qual será exposto posteriormente na própria sala.

- **Ações e propostas de atividades** (2 aulas): Solicitar a organização das informações. Com os alunos, trabalhando em equipe para construir um painel em formato de jornal aberto e exposto para a escola, para construir a ideia de um painel informativo, com notícias sobre os grupos indígenas identificados, com as fotografias legendadas dos povos indígenas, com mapas localizando as terras demarcadas e apresentação das demandas recorrentes nos jornais.

Avaliação: Será feita durante todo processo de desenvolvimento do tema, através de registros, observação da participação, e as produções finais com as reportagens prontas e entregues.

3.3 SEQUÊNCIA DIDÁTICA – POVOS INDÍGENAS DO AMAPÁ: O MOVIMENTO INDÍGENA E A DEMARCAÇÃO DE TERRAS

Compreendendo o 9º ano do Ensino Fundamental anos Finais, fazendo uso da temática indígena, especificamente os povos indígenas do Oiapoque, visando o componente curricular de História e o Referencial Curricular Amapaense. Nesta sequência didática busquei atender ao objeto de conhecimento da questão indígena e negra a ditadura, porém, foi necessário realizar uma adaptação em que consiste primeiro no foco da temática indígena, entendendo o tempo necessário para se trabalhar duas temáticas e o foco deste trabalho.

A segunda adaptação diz respeito a habilidade, devido ao referencial curricular amapaense não propor nenhuma habilidade a ser desenvolvida com a questão indígena no período da ditadura miliar, a qual pode ser desenvolvida e pensada pelo professor a partir deste relatório de que demonstra que houve resistência e atuação do movimento social indígena dentro deste período histórico. Além disso, deixando a possibilidade para adaptação para que todo e qualquer professor da área, a fim de que possam fazer uso de acordo com as suas realidades e objetivos.

Quadro 4: Sequência Didática

Unidade Temática: Modernização, Ditadura Civil-Militar e redemocratização: o Brasil após 1946.

Objeto do conhecimento: As questões indígenas e negras e a ditadura.
Público-alvo: alunos do 9º ano do ensino fundamental – Anos Finais.
Módulos: 8 aulas de 50’
Objetivo Geral: Compreender a questão indígena e a ditadura.
Objetivo Específico: <ul style="list-style-type: none"> ● Reconhecer os processos de luta das populações indígenas do Oiapoque no período da ditadura militar; ● Entender o movimento indígena e sua particularidade na demarcação de suas terras na fronteira do Amapá.
Competência da BNCC: <ul style="list-style-type: none"> ● Compreender acontecimentos históricos, relações de poder e processos e mecanismos de transformação e manutenção das estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais ao longo do tempo e em diferentes espaços para analisar, posicionar-se e intervir no mundo contemporâneo.
Habilidades: <ul style="list-style-type: none"> ● Identificar os povos indígenas no Amapá.
Desenvolvimento: <ul style="list-style-type: none"> ● Aprofundamento conceitual (2 aulas): A temática deverá ser apresentada por meio do filme “Uma História de amor e fuga” (2013), uma produção animada e de drama com direção de Luiz Bolognesi, Jean de Moura. Deverá ser apresentado apenas um trecho do filme em que é mostrado movimento de resistência contra a ditadura militar ao mesmo tempo em que a obra trata da temática indígena. A partir da apresentação o professor deverá criar uma nuvem de ideias por meio do aplicativo <i>Mentimeter</i> com o Word Cloud - Nuvem de Palavras questionando aos alunos o que é uma ditadura. A partir disso, o professor associa o conhecimento que o aluno traz com o que se pretende, conceituando ditadura, movimento social e o que é movimento social indígena. ● Proposta de investigação (2 aulas): Visita ao Museu Sacaca, a qual deverá ser agendada de acordo com a disponibilidade do local e da escola. Antes da visita solicitar aos alunos que se organizem em duplas para preparar uma ficha informativa com modelo proposto pelo professor. Nesta ficha contém: I – Descrição da visita; II – Pontos de maior interesse e fotografias.

- **Análise dos dados** (2 aulas): O professor deverá solicitar que se reúnam e analisem os resultados utilizando as suas fichas, os critérios de classificação, as fotografias ou outros considerados pertinentes para a atividade. O professor deverá aproveitar o resultado da atividade e iniciar uma roda de conversa para mobilizar sobre novas discussões como por exemplo: sobre as casas representadas no museu, o que chamou a atenção do aluno, o que ele teve de percepção do espaço visitado, se ele identificou o espaço como sendo indígena ou não indígena, havia indígenas atuando no museu, quais povos indígenas estavam lá representados, quais são os territórios indígenas no Amapá, se já foram demarcados ou não.
- **Ações e propostas de atividades** (2 aulas). Solicitar a organização e a impressão das fotografias retiradas no Museu. Com os alunos, trabalhando em equipe para construir um painel em formato de jornal aberto e exposto para a escola, para construir a ideia de um painel informativo, com notícias sobre os grupos indígenas identificados, com as fotografias legendadas dos povos indígenas, com mapas localizando as terras demarcadas, das casas construídas no Museu Sacaca.

Avaliação: Será feita durante todo processo de desenvolvimento do tema, através de registros, observação da participação, e as produção final do painel informativo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este Relatório Técnico-científico teve como objetivo apresentar as transformações sócio-históricas das populações indígenas do município do Oiapoque, o qual possui características próprias e complexas que perpassam pela sua formação territorial e pela presença de múltiplas identidades que se encontram. Este contato entre povos indígenas então indígenas constitui o que no decorrer do relatório entendemos por fronteira étnica.

Assim, com o objetivo apresentado, buscou-se entender que este trabalho apresenta uma grande relevância primeiramente por se tratar da temática Indígena. Tema caro não somente para a História, mas para outras ciências como Antropologia, Geografia, Ciências Políticas, Educação, entre outras. Assim, compreender como se essa relação entre indígenas e não indígenas e em como isso afeta a construção do espaço em que vivem, como isso atinge diretamente a construção de sua identidade é extremamente importante. Além disso, se apresenta com mais uma característica que a distingue de outras por se tratar de uma relação que tem como espaço a fronteira.

Por conseguinte, para chegarmos a este debate e construir a ponte entre o conhecimento empírico e o científico, partiu-se metodologicamente de uma análise bibliográfica. Esta análise contou com a literatura já estabelecida sobre os povos indígenas, sobre a fronteira, sobre a fronteira étnica, sobre o espaço em questão que é o município do Oiapoque, para que fosse possível compreender como outros pesquisadores descrevem historicamente este espaço e estas relações. Ademais, esta análise bibliográfica possibilitou compreender que historicamente as populações indígenas que vivem nas terras já demarcadas que cortam a BR-156, enfrentaram uma série de lutas. Estas lutas fazem parte do contato construído ao longo do processo de ocupação territorial da América, tanto por franceses quanto por portugueses.

Assim, por meio do relatório, observa-se que a necessidade de demarcação das terras indígenas dos Palikur, Galibi Kalinã, Karipunas e Galibi Marowrno foi fundamental para a preservação de suas identidades, de suas culturas e de seus costumes. O processo demarcatório não foi um processo momentâneo, mas contínuo, principalmente por meio da organização e articulação dos povos indígenas no movimento social construído por eles.

Nesse sentido, o resultado aqui alcançado é justamente a síntese a respeito dos conhecimentos acerca das populações indígenas do Oiapoque. Enfatizo ainda que este trabalho construído a partir de uma perspectiva histórica é comprometido a fazer uma breve descrição do encontro entre os indígenas e a sociedade nacional e como elas se organizaram. Com isso, o relatório serviu de inspiração para a apresentação do produto final, no qual se propõe uma sequência didática. Esta percepção sobre o material didático parte de uma particularidade deste autor, que é professor de História da educação básica do Estado do Amapá.

Percebe-se assim, que o material didático é um ponto chave para os professores de forma geral, os quais necessitam de material de apoio, de subsídio para a construção do ensino/aprendizagem. Além disso, considera-se que o início da superação dos preconceitos é o conhecimento. Com isso, se torna fundamental construirmos materiais que atendam a legislação brasileira, a BNCC, o RCA, buscando desconstruir estereótipos sobre as populações indígenas, entender seus processos de lutas, a importância da demarcação de suas terras e entender que o Amapá é um Estado essencialmente indígena. Por fim, este relatório não possui a pretensão de apresentar todo o conhecimento já produzido sobre estes grupos, mas apenas de apresentá-los e perceber que é possível minimamente conhecer e localizar estes grupos e compreender a ocupação de seus espaços.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Maria Geralda de. Povos indígenas, identidades territoriais e territorialidades fragilizadas no norte do Amapá, Brasil. **Ateliê Geográfico**, v. 14, n. 2, p. 91-111, 2020.
- ARAÚJO, Ana Valéria. **Povos Indígenas e a Lei dos “Branços”**: O Direito à diferença. Brasília: MEC, Museu Nacional, 2006.
- AZEVEDO, Francisca L. Nogueira; MONTEIRO, Jonh Manuel (orgs.). **Confrontos de Culturas**: conquista, resistência e transformação. São Paulo: EDUSP, 1997.
- BAINES, Stephen G.. Relações interétnicas na região da fronteira entre Brasil e a Guiana. In: BRITO, Adilson Júnior Ishihara; ROMANI, Carlo; BASTOS, Carlos Augusto. **Limites Fluentes**: fronteiras e identidades na América Latina (Séculos XVIII-XXI). Curitiba: CRV, 2013. Cap. 2. p. 63-76.
- BANIWA, Gersem Luciano. Movimentos e políticas indígenas no Brasil contemporâneo. **Tellus**, Campo Grande, v. 7, n. 12, p. 127-146, abr. 2007.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. (L. de A. Rego & A. Pinheiro, Trads.). Lisboa: Edições 70. (Obra original publicada em 1977).
- BICALHO, Poliene Soares dos Santos. **Protagonismo indígena no Brasil**. Brasília, Tese (Doutorado), Universidade de Brasília, 2010.
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Brasília, DF: MEC, 2017.
- BRITO, C. M. C. Índios das “corporações”: trabalho compulsório no Grão-Pará no século XVIII. In: MARIN, R. E. A. (Org.). **A escrita da história Paraense**. Belém: NAEA/UFPA, 1998.
- CANTO, F. P. **Vertentes discursivas da fortaleza de São Jose de Macapá**: das cartas dos construtores às transformações e apropriações simbólicas contemporâneas. Macapá: Unifap, 2014.
- CAPIBERIBE, Artionka Manuela Góes. **Os Palikur e o Cristianismo**. 2001. 277 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Antropologia Social, Unicamp, Campinas, 2001.
- CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (org.). **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. P. 133-154.
- CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. **O direito dos índios**: ensaios e documentos. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 103-117.
- CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira. **Etno-história e história indígena**: questões sobre conceitos, métodos e relevância da pesquisa. *História (São Paulo)* v.30, n.1, p. 349-371, jan/jun 2011.
- CHAMPAGNE, P. **Formar a opinião**: o novo jogo político. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. – Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

COLL, Josefina Oliva de. **A resistência indígena: do México a Patagônia, a história da luta dos índios contra os conquistadores**. 2. ed. São Paulo: L&PM, 1986.

EQUIPE DE EDIÇÃO DA ENCICLOPÉDIA POVOS INDÍGENAS NO BRASIL (ed.).

Karipuna do Amapá. Disponível em:

https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Karipuna_do_Amap%C3%A1. Acesso em: 02 jun. 2020.

FARAGE, Nádia. **As muralhas dos sertões: os povos indígenas no Rio Branco e a colonização**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

FREITAS, Joene Mendonça de. et al. **IMPORTÂNCIA DA IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 11645/08 NA EDUCAÇÃO BÁSICA (IMPORTANCE OF THE IMPLEMENTATION OF LAW 11645/08 IN BASIC EDUCATION)**.

FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS (ed.). **Quem Somos**. Disponível em: <http://www.funai.gov.br/>. Acesso em: 03 jul. 2020.

FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS. **Índios no Brasil: Terras Indígenas**. Disponível em: <http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/terras-indigenas>. Acesso em: 6 jul. 2020.

GALLOIS, Dominique. T. **Povos indígenas no Amapá e norte do Pará: quem são, onde estão, quantos são, como vivem e o que pensam** / Dominique Tilkin Gallois, Denise Fajardo Grupioni. – São Paulo: Instituto de Pesquisa e Formação em Educação Indígena, Núcleo de História Indígena e do Indigenismo da Universidade de São Paulo, 2003. 96 p.

GARCIA, Simone Pereira; BASTOS, Cecília. M. Chaves Brito. **Políticas Indigenistas e Representações Sociais dos Povos Indígenas do Oiapoque na Fronteira do Amapá**. Organização Adilson Júnior Ishihara Brito, Carlo Romani, Carlos Augusto. **Limites Fluantes: Fronteiras e Identidades na América Latina (Séculos XVIII – XXI)**. 1. Ed. – Curitiba, PR: CRV, 2013.

HECK, Egon; LOEBENS, Francisco; CARVALHO, Priscila D.. **Amazônia indígena: conquistas e desafios**. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 53, n. 19, p. 237-255, 26 jan. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ea/v19n53/24091.pdf>. Acesso em: 02 maio 2020.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. Ed34, 2003.

JOSÉ DA SILVA, G. **Índios na história e nas fronteiras do Brasil: perspectivas comparadas entre Amapá e Mato Grosso do Sul**. *Fronteiras: Revista de História*, Dourados – MS, V. 17, N. 29, P. 180-201, 2015.

LUCA, Tania Regina. **História dos, nos e por meio dos periódicos**. In: PINSKY, C. B. (Org). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2008. p. 23-80.

MARTINS, Carmentilla das Chagas. **Para além, através, da fronteira e do acordo: interações sociais no Oiapoque**. 2013. 179 f. 2014. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Centro de Pesquisa e Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Universidade Federal do Pará, Belém.

MARTINS, José de Sousa. **Fronteira**: a degradação do Outro nos confins do humano. 2ª ed., 2ª reimpressão – São Paulo: Contexto, 2014.

MARTINS, M. P.; CHAGAS, P. B. TERRITÓRIO, TERRITORIALIZAÇÃO E TERRITORIALIDADE: PROPOSTA DE AVANÇO DE CHAVES TEÓRICAS PARA A ANÁLISE DA(S) DINÂMICA(S) DAS CIDADES. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, [S. l.], v. 17, n. 2, 2022. Disponível em: <https://www.rbgr.net/revista/index.php/rbgr/article/view/6067>. Acesso em: 27 jan. 2025.

MIRANDA, Humberto Silva. Direitos dos povos indígenas versus direitos humanos liberais: conflitos e perspectivas. In: ANDRADE, Juliana Alves de; SILVA, Tarcísio Augusto Alves da (Org.). **O ensino da temática indígena**: subsídios didáticos para o estudo das sociodiversidades indígenas. Recife: Edições Rascunhos, 2017.

MELAZZO, Everaldo Santos. Problematizando o conceito de políticas públicas: desafios a análise e a praticado planejamento e da gestão. **TÓPOS** V. 4, Nº 2, p. 9- 32, 2010.

MONTEIRO, Jair Curcino; CASTILHO, Weimar Silva; SOUZA, Wallysonn Alves de. Sequência didática como instrumento de promoção da aprendizagem significativa. **Revista Eletrônica Debates em Educação Científica e Tecnológica**, v. 9, n. 01, 2019.

MONTEIRO, John. **Entre o Etnocídio e a Etnogênese**: identidades indígenas coloniais. Tupis, Tapuias e Historiadores: estudo de História Indígena e Indigenismo. São Paulo, 2001. (Tese de Livre Docência apresentada ao Departamento de Antropologia da Unicamp). p. 53-79.

MONTEIRO, John. **Negros da terra**: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MUNDURUKU, Daniel. **O caráter educativo do movimento indígena brasileiro (1970-1990)**. São Paulo: Paulinas, 2012.

MUSOLINO, Álvaro Augusto Neves. **Migração, identidade e cidadania Palikur na fronteira do Oiapoque e litoral Sudeste da Guiana Francesa**. 2006. 187 f. Tese (Doutorado em Estudos Comparativos da América Latina e Caribe) – Ceppac – UnB (Universidade de Brasília), Brasília, 2006.

NASCIMENTO, Bruno Rafael Machado; SILVA, Giovani José da. Sobre vivências negociadas: indígenas e jesuítas franceses no Oiapoque setecentista. **Revista Habitus-Revista do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia**, v. 17, n. 2, p. 357-378, 2019.

NASCIMENTO, Bruno Rafael Machado. Indígenas e jesuítas na fronteira amazônica colonial: o caso das terras do cabo norte. **Revista Latino-Americana de História-UNISINOS**, v. 9, n. 23, p. 182-204, 2020.

PAIS, L.C. **Didática da Matemática**: uma análise da influência francesa. 2ª. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

PEREIRA, Venâncio Guedes. Na (s) fronteira (s) do urbano: presenças indígenas entre sociabilidades e resistências múltiplas na cidade de Oiapoque (AP). **Revista Aedos**, v. 16, n. 35, p. 372-396, 2024.

PERES, Sidnei Clemente. **Cultura, política e identidade na Amazônia**: o associativismo no Baixo Rio Negro. Tese de doutorado, Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas. 2003.

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL (ed.). **Galibi Marworno**. 2018. Disponível em: https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Galibi_Marworno. Acesso em: 06 jul. 2020.

RENATO, M. Soares. Das comunidades a federação: associações indígenas do Alto do Rio Negro. 2012. 160f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, 2012.

RICARDO, Carlos Alberto. **Povos indígenas no Brasil**: Amapá e Norte do Pará. 3ª ed. São Paulo: CEDI, 1983.

SANTOS, Yolanda L. dos. **Imagem do índio**: O selvagem americano na visão do homem branco. São Paulo: IBRASA, 2000.

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas**: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, c2014. 168 p.

SILVA, Felipe Henrique Porfirio. **"Por dentro e por fora do Estado"**: estratégia e desafios no processo político de constituição do movimento indígena no Brasil contemporâneo. 2017. 141 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Antropologia Social, Unb, Brasília, 2017.

SILVA, Cristhian Teófilo da. Identificação étnica, territorialização e fronteiras: A perenidade das identidades indígenas como objeto de investigação antropológica e a ação indigenista. *Revista de Estudos e Pesquisas (Fundação Nacional do Índio)*, Brasília, v. 2, n. 1, p. 113-140, 2005. Acesso em: 17 dez. 2024.

SILVA, Cristhian Teófilo da; PALOMINO, Cristabell López. **Povos indígenas em áreas de fronteira internacional do Brasil**: Enquadrando a problemática social da presença indígena entre fronteiras. *Périplos: Revista de Estudos sobre Migrações*, [S. l.], v. 2, n. 2, p. 06-31, 2018. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/obmigra_periplos/article/view/25455. Acesso em: 3 fev. 2022.

SIQUEIRA, P. **Imprensa e Questão Indígena**: relações conflituosas. In: GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. *Índios no Brasil*. Brasília: MEC, 1994.

SOUSA, James. Mão-de-obra indígena na Amazônia Colonial. **Em Tempo de Histórias**, n. 06, 2002.

SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés. O renascer dos povos indígenas para o direito. Curitiba: Juruá, 1998.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45

SPOSITO, Fernanda. **Nem cidadãos, nem brasileiros**: indígenas na formação do Estado nacional brasileiro e conflitos na província de São Paulo (1822-1845). São Paulo: Alameda, 2012.

TASSINARI, Imperatriz M. Antonella. **No bom da festa**: O processo de construção Cultural das Famílias Karipuna do Amapá. São Paulo: Edusp, 2003.

VAINFAS, Ronaldo. **A heresia dos índios**: catolicismo e rebeldia no Brasil Colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

VERAS, Marcos Flávio P.; BRITO, Vanderli Guimarães de. **Identidade étnica**: a dimensão política de um processo de reconhecimento. Antropos. Revista de Antropologia, ano 4, vol. 5, maio de 2012, p. 106-125.

VIDAL, Lux Boelitz. **Mito, história e cosmologia**: as diferentes versões da guerra dos Palikur contra os Galibi entre os povos indígenas da Bacia do Uaçá, Oiapoque, Amapá. Revista de Antropologia, v. 44, n. 1, p. 117-147, 1 jan. 2001.

VIDAL, Lux Boelitz. **Povos Indígenas do Baixo Oiapoque**: o encontro das águas, o encruzo dos saberes e a arte de viver. 2ª ed., Tio de Janeiro: Museu do Índio/Iepé, 2009.

VIEIRA, Jaci Guilherme. **Ditadura militar, Povos Indígenas e a Igreja Católica na Amazônia**: a congregação da Consolata e o novo projeto de missão entre índios de Roraima (1969 a 1999). Manaus: Valer, 2019. 128 p.

WRIGHT, Robin M. **História indígena e do indigenismo no alto Rio Negro**. Campinas: Mercado das Letras; São Paulo: ISA, 2005.

ZABALA, Antoni. **A prática educativa**: como ensinar. Porto Alegre: Artmed, 1998.